

superior ao *baccalauréat*, entre os homens, aumentou 85%, enquanto o número de quadros superiores e membros de profissões liberais cresceu apenas 68% – aliás, o conjunto das profissões que exigem um diploma de ensino superior aumentou 49%. A diferença é, sem dúvida, mais visível do que aquela indicada pelos números: de fato, a parcela dos que detêm os recursos para resistir à desvalorização e, em particular, o capital social associado a uma origem social elevada, cresce à medida que o indivíduo sobe na hierarquia dos diplomas.

A esta argumentação convém acrescentar a desvalorização mais bem dissimulada que resulta do fato de que as posições – e os diplomas que garantem o acesso a elas – podem ter perdido seu valor distintivo, embora o número de cargos tenha aumentado em uma proporção semelhante ao número de diplomas que, no início do período, davam acesso a esses cargos, e pela mesma razão: é, por exemplo, o caso da posição de professor que, em todos os níveis, perdeu sua raridade.

O crescimento muito rápido evidenciado pela escolarização das moças teve grande impacto na desvalorização dos diplomas; tanto mais que a transformação das representações da divisão do trabalho entre os sexos – para cuja determinação, contribuiu fortemente, sem dúvida, o aumento do acesso das moças ao ensino superior – foi acompanhada por um crescimento da parcela das mulheres que, no mercado de trabalho, lançam diplomas, até então, parcialmente guardados como reserva (e “investidos” apenas no mercado matrimonial). Este aumento é tanto mais marcante quanto mais elevado é o diploma possuído: é assim que a parcela de mulheres da faixa etária de 25 a 34 anos, detentoras de um diploma superior ao *baccalauréat* e exercendo uma profissão, passou de 67,9% em 1962 para 77,5% em 1968, atingindo quase 85%, em 1975.

Vale dizer, de passagem, o seguinte: do mesmo modo que toda segregação – segundo o sexo ou qualquer outro critério – contribui para frear a desvalorização por um efeito de *numerus clausus*, assim também toda desagregação tende a restituir sua plena eficácia aos mecanismos de desvalorização – o que faz com que, segundo ficou demonstrado por um estudo norte-americano sobre os efeitos econômicos da desagregação racial, os mais desprovidos de diplomas sejam os que sentem mais profundamente seus efeitos.

Tabela 10 – As taxas de atividade das mulheres de 25-34 anos, segundo os diplomas, em 1962 e 1968

	CEP	CAP	BEPC	bac	>bac
1962	43,8	59,7	59,8	67,1	67,9
1968	46,3	60,6	63,5	74,3	77,5

Fonte: INSEE, *Recensement général de la population de 1968. Résultats du sondage au 1/20^e pour la France entière*. Formation, Paris, Imprimerie nationale, 1971 (não foi possível isolar as mulheres desprovidas de diplomas).

Sem paradoxo, é possível afirmar que as principais vítimas da desvalorização dos diplomas são aqueles que, desprovidos de diplomas, entram no mercado de trabalho. De fato, a desvalorização do diploma é acompanhada pela extensão progressiva do monopólio que os diplomados exercem sobre posições, até então, abertas a não-diplomados, o que tem o efeito de limitar a desvalorização dos diplomas pela limitação da concorrência, apesar de ser mediante uma restrição de oportunidades de carreira oferecidas aos não-diplomados – ou seja, que iniciaram a carreira pelo escalão inferior – e o fortalecimento da predeterminação escolar das oportunidades de trajetória profissional. Entre os quadros administrativos médios (homens de 25-34 anos), em 1975, havia apenas 43,1% de agentes desprovidos de qualquer diploma de ensino geral ou titulares unicamente do CEP, contra 56% em 1962; para os quadros administrativos superiores, as proporções eram respectivamente de 25,5% e 33%, enquanto para os engenheiros, de 12% e 17,4%. Inversamente, entre 1962 e 1975, a parcela dos titulares de um diploma de ensino superior passou de 7,4% para 13,8% em relação aos quadros administrativos médios; de 32,2% para 40,1% em relação aos quadros administrativos superiores; e de 68% para 73,4% no tocante aos engenheiros. Daí, em determinados setores do espaço social e, principalmente, na função pública, um decréscimo da dispersão dos detentores dos mesmos diplomas entre cargos diferentes, e a dispersão segundo o diploma dos ocupantes do mesmo cargo ou, dito em outras palavras, o fortalecimento da dependência entre o diploma e o cargo ocupado.

Observa-se que o mercado dos cargos oferecidos aos títulos escolares não cessou de crescer, em detrimento, é claro, dos não-diplomados. A generalização do reconhecimento atribuído ao diploma teve, sem dúvida, o efeito de unificar o sistema oficial dos diplomas e qualidades que dão direito a ocupar posições sociais, além de reduzir os efeitos do isolamento, associados à existência de espaços sociais dotados de seus próprios princípios de hierarquização: sem que o diploma tenha conseguido, algum dia, impor-se completamente – pelo menos, fora dos limites do sistema escolar – como padrão único e universal do valor dos agentes econômicos.

Fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista econômico e social, vale seu detentor; neste caso, o rendimento do capital escolar depende do capital econômico e social que pode ser reservado à sua valorização. De modo geral, para os quadros, as oportunidades de acesso às funções de diretoria, em vez das funções de produção, fabricação e manutenção, serão tanto maiores quanto mais elevada for sua origem social: a análise secundária que elaboramos a partir da pesquisa realizada pelo INSEE, em 1964, sobre a mobilidade profissional mostra que 41,7% dos filhos de membros de profissões liberais, 38,9% dos filhos de professores que são engenheiros, quadros superiores ou médios da administração, técnicos em empresas, ocupam funções administrativas e de direção geral contra 25,7% do total. Ao contrário, 47,9% dos filhos de operários com qualificação, 43,8% dos filhos de contramestres, 41,1% dos filhos de técnicos, exercem funções de produção, fabricação e manutenção, contra 29,7% do total. Sabe-se também que, em 1962, os quadros superiores, cuja origem é uma família de empregados, receberam um salário anual médio de 18.027 F contra 29.470 F recebidos pelos filhos de industriais ou grandes comerciantes; por sua vez, os engenheiros, filhos de assalariados agrícolas e agricultores, receberam 20.227 F contra 31.388 F recebidos pelos filhos de industriais e grandes comerciantes.

A transformação da distribuição dos cargos entre os diplomados que resulta, automaticamente, do número crescente de titulados faz com que, a cada instante, uma parcela dos diplomados – e, sem dúvida, antes de mais nada, os mais desprovidos dos meios herdados para valorizar os diplomas – seja vítima da desvalorização. As estratégias pelas quais os mais expostos à desvalorização esforçam-se em lutar – a curto prazo (no decorrer de sua própria carreira) ou a longo prazo (mediante as estratégias de escolarização dos filhos) – contra essa desvalorização constituem um dos fatores determinantes do número crescente de diplomas distribuídos que, por sua vez, contribui para a desvalorização. A dialética da desvalorização e recuperação tende, assim, a alimentar-se de si mesma.

Estratégias de reconversão e transformações morfológicas

As estratégias que têm sido utilizadas pelos indivíduos e famílias para salvaguardar ou melhorar sua posição no espaço social retraduzem-se em transformações que, inseparavelmente, afetam o *volume* das diferentes frações de classe e sua *estrutura patrimonial*.

Para darmos uma idéia aproximada dessas transformações, construímos uma tabela que permite relacionar os índices da evolução relativa ao volume das diferentes frações com indicadores (infelizmente, bastante imperfeitos) do volume e estrutura do capital que elas detêm. Por ser impossível estabelecer, como seria nosso desejo, a evolução por categorias criteriosamente definidas, por um lado, da quantia e, por outro, da estrutura da renda, durante o período compreendido entre 1954 e 1975 (o que nos levou a reproduzir a Tabela 12 que apresenta essa evolução por categorias sumariamente definidas, em relação ao período de 1954 a 1968), indicamos, além da distribuição por fontes de remuneração, a quantia da renda declarada aos serviços fiscais, fonte explorada pelo INSEE, embora saibamos que ela é subestimada em proporções bastante variáveis: segundo A. Villeneuve (A. Villeneuve, “Les revenus primaires des ménages en 1975, in *Économie et statistique*, 103, sept. 1978, p. 61), seria necessário multiplicar por 1,1 os salários e vencimentos; por 3,6 os lucros da atividade agrícola; por 2,9 os ganhos de valores mobiliários, etc. Observamos que basta aplicar essas correções para restituir a verdadeira posição às profissões independentes e, em particular, aos agricultores e artesãos ou pequenos comerciantes. As categorias mais ricas (relativamente) em capital econômico (tal como é possível apreendê-las mediante os indicadores da posse de valores mobiliários, de propriedades rurais ou urbanas, etc.) tendem a regredir de modo bastante brutal, como é demonstrado pela diminuição de seu volume (é o caso dos agricultores, artesãos e comerciantes, assim como dos industriais) e o fato de que, neste ponto, a parcela dos jovens diminui ou cresce menos rapidamente que alhures (o fato de que a evolução dos indivíduos de 25-34 anos seja, entre os pequenos comerciantes e artesãos, igual ou ligeiramente superior à evolução do total da categoria pode se explicar pela chegada de comerciantes e artesãos de um novo estilo). Uma parte do aumento aparente do capital escolar (e, sem dúvida, econômico) dessas categorias se deve, com certeza, ao fato de que suas camadas inferiores foram atingidas pelo êxodo que se encontra na origem de seu declínio numérico. Ao contrário das precedentes, as frações de classe ricas em capital

cultural (avaliado, por exemplo, a partir da taxa de detentores do BEPC, *baccalauréat* ou diploma de estudos superiores) registraram um crescimento bastante forte que implica um rejuvenescimento e se traduz, quase sempre, por uma forte feminilização e uma elevação da taxa de diplomados (neste processo, as categorias mais típicas são as dos empregados de escritório e do comércio, técnicos, quadros médios e superiores, docentes, professores primários e, sobretudo, professores para quem esses diferentes processos associados são, excepcionalmente, intensos e, em particular, na geração mais jovem – diferentemente dos engenheiros para os quais o processo parece interrompido, de modo que a taxa de crescimento é mais baixa para a geração mais jovem do que para o conjunto). Outro traço notável, a estabilidade relativa dos membros das profissões liberais: mediante uma política deliberada de *numerus clausus*, eles conseguiram limitar o crescimento numérico e a feminilização (que permaneceram muito mais baixos que nas profissões superiores dotadas de elevado capital escolar) e, ao mesmo tempo, escapar à perda da raridade e, sobretudo, à redefinição mais ou menos crítica do cargo, decorrentes da multiplicação dos titulados e, ainda mais, da existência de um excedente de diplomados relativamente aos cargos.

As modificações das estratégias de reprodução que se encontram na origem de tais mudanças morfológicas são marcadas, por um lado, pelo crescimento da parte dos salários na renda das categorias chamadas independentes e, por outro, pela diversificação dos haveres e aplicações dos quadros superiores que tendem a deter seu capital, tanto sob a espécie econômica quanto sob a espécie cultural, contrariamente aos empresários que são detentores, sobretudo, de capital econômico. A parte dos salários, vencimentos e pensões na renda dos empresários passa, em 1956, de 12,9% para 16,4% em 1965; com a modificação das taxinomias, em 1975, sabemos que essa parte representa, em relação à renda dos artesãos e pequenos comerciantes, 19,2% e, para os industriais e grandes comerciantes, 31,8%. (Entre os produtores rurais, ao contrário, ela permaneceu praticamente constante: 23,8% em 1956; 23,5% em 1965; e 24,8% em 1975). Conforme dados fornecidos por A. Villeneuve, sabemos que, em 1975, a parte nos recursos da renda fundiária, urbana ou rural, e da renda mobiliária é, em relação aos quadros superiores, muito mais elevada no setor privado (5,9%) que no setor público (2,7%).

A reconversão do capital econômico em capital escolar é uma das estratégias pela qual a burguesia de negócios mantém a posição de uma parte ou da totalidade de seus herdeiros, permitindo-lhes receber, antecipadamente, uma parte dos lucros das empresas industriais e comerciais sob a forma de salários, modo de apropriação mais bem dissimulado – e, sem dúvida, mais seguro – que outro tipo de rendimento. É assim que, entre 1954 e 1975, a parcela relativa dos industriais e grandes comerciantes diminui, de forma bastante brutal, enquanto cresce consideravelmente a parcela dos assalariados que devem sua posição aos diplomas – quadros, engenheiros, professores e intelectuais; não obstante, à semelhança dos quadros do setor privado, eles podem tirar de suas atividades uma parte importante dos recursos (cf. Tabela 13). Do mesmo modo, o desaparecimento de um grande número de pequenas empresas comerciais ou artesanais dissimula o trabalho de reconversão, mais ou menos bem-sucedido – realizado por agentes particulares, segundo lógicas que, em cada caso, dependem da situação singular dessas empresas – e que culmina na

Tabela 11 – Evolução morfológica e estrutura patrimonial das diferentes classes e frações de classe (1954-1975)

	Volume em 1975	Índice de evolução Base 100 em 1954		Evolução do capital escolar Taxa de titulares		Capital econômico											
		Total		em 1962		em 1975		Renda média por família (em F.) em 1975	Taxa de famílias detentoras de (em 1970)								
		só homens	total	BEPIC	Bac.	BEPIC	Bac.			salários e lucros ind. e comerc.	renda prop. urb.	valores imobiliários					
assalariados agrícolas	375 480	88,4	32	33	27	27	0,5	0,2	0,1	2,7	0,6	0,3	27 740	86,0	1,5	0,8	6,3
produtores rurais	1 650 865	65,7	42	46	26	31	0,9	0,5	0,2	3,5	0,9	0,6	22 061	19,3	5,3	6,4	16,5
trabalhadores braçais	1 612 725	61,9	143	115	146	108	0,4	0,1	-	2,9	0,7	0,4	27 027	93,4	1,3	2,3	3,3
operários sem qualificação	2 946 860	73,2	162	167	185	186	1,0	0,2	0,1	3,5	0,5	0,2	35 515	97,7	2,2	2,4	3,6
operários com qualificação	2 985 865	86,5	112	126	120	128	2,1	0,5	0,1	5,5	0,7	0,3	39 527	98,2	2,2	2,7	3,6
contramestres	443 305	94,1	191	141	218	168	6,0	1,7	0,5	10,4	2,5	1,1	56 692	99,5	1,4	4,1	6,7
empregados de escritório	3 104 105	35,0	167	138	183	158	6,5	3,6	1,3	13,4	5,2	2,2	46 196	97,5	3,4	8,9	9,5
artesãos	736 595	40,6	71	77	81	88	2,8	1,0	0,5	6,1	1,8	1,3	50 335	34,1	96,9	12,9	14,2
pequenos comerciantes	533 635	88,1	73	78	73	81	4,7	2,4	0,9	9,3	3,7	2,3	60 160	24,3	93,2	20,2	19,2
quadros médios adm.	912 695	51,8	182	132	218	152	20,1	11,6	5,3	26,5	12,8	9,0	73 478	99,3	4,0	11,1	17,5
técnicos	970 185	55,1	393	367	417	374	16,3	7,0	2,7	25,8	9,6	6,0	59 003	98,5	2,4	5,8	8,7
serviços médico-sociais	758 890	85,6	269	261	345	340	9,7	7,7	6,1	17,7	18,1	20,3	53 450	84,2	-	10,0	12,4
prof. primários	298 455	21,0	66	71	66	65	10,0	5,0	14,5	11,3	39,4	29,4	54 013	96,7	0,9	7,6	10,4
industriais	737 420	36,5	103	100	98	95	8,5	6,7	7,5	12,9	6,1	6,3	132 594	83,0	26,0	34,7	40,0
grandes comerciantes	59 845	86,5	236	217	293	254	15,5	18,9	5,7	14,6	9,1	6,3	132 435	64,0	47,5	29,7	30,2
quadros superiores adm.	186 915	69,2	338	305	272	263	7,3	9,0	59,8	10,0	18,1	63,2	105 989	98,7	3,1	15,5	30,4
engenheiros	653 755	83,9	469	402	612	517	2,7	10,8	71,4	3,6	8,4	77,7	87 795	97,6	2,1	10,4	21,0
professores	256 290	95,6	143	130	145	137	4,5	10,3	65,1	4,2	6,2	79,9	150 108	41,0	17,5	30,3	40,6
profissões liberais	377 215	53,0	172	125	172	125	77,8										

Fontes: INSEE, Recensements de 1954, 1962, 1968 et 1975.

Para a evolução do capital escolar: INSEE, Recensement general de la population de 1968: Résultats du sondage au 1/20ème pour la France entière. Formation, Paris, Imp. nationale, 1971 (esse fascículo apresenta, também, os dados sobre a formação do censo de 1962); e INSEE, Recensement de 1975, Tableau de la population totale de plus de 16 ans par catégorie socio-professionnelle, âge, sexe, diplôme d'enseignement général (a ser publicado - dados fornecidos por L. Thévenot).

Para a renda: INSEE, Enquêtes revenus 1975 e 1970. Dados fornecidos por A. Villeneuve, relativamente à pesquisa de 1975; e por P. Ghigliazza em relação à pesquisa de 1970.

Tabela 12 – Evolução morfológica e estrutura patrimonial das diferentes classes e frações de classe (1954-1968)

Volume da categoria (1968)	Índice de evolução (base 100 em 1954)	Taxa de evolução dos indivíduos com menos de 35 anos (base 100 em 1962) ¹	Capital escolar (homens) em 1968		Montante da renda (renda primária) ²	Patrimônio médio por família (1-1-1966) ³	Taxa de famílias possuidoras de		Estrutura da renda (1965)			Evolução da estrutura da renda							
			BEPIC	Bac ⁴			Diploma de ensino superior	Valores mobiliários ⁵	Prop. urb. ⁴	Carteira de Investimentos ⁵	Bens imobiliários ⁵	Renda trabalho ²	Transferências ²	Renda empresa ²	Renda capital ²	Vencimentos, pensões ²	1956	1965	1956
total ¹ só homens ¹	total ¹	só homens ¹					1965	1965	1966	1966	1965	1965	1965	1965	1965	1965	1965	1965	
588 200	51	67	1,0	0,4	0,2	9 859 F	10,2	2,3			59,5	29,8	9,2	1,5	96,7	95,9	1,4	1,8	
2 459 840	62	72	1,6	0,7	0,4	23 854 F	27,6	5,2			6,9	10,9	78,5	3,7	23,8	23,5	16,4	9,9	
7 698 600	119	123	2,3	0,4	0,2	14 811 F	4,8	2,9	3,2	39	66,7	27,9	4,6	0,8	98,0	97,5	0,8	0,8	
3 029 900	146	121	14,0	3,7	1,5	16 149 F	11,8	6,0	6,6	40,8	69,6	23,2	5,4	1,8	95,9	95,9	2,6	2,1	
2 014 000	177	168	19,0	16,5	7,7	26 887 F	14,0	8,1	8,5	50,3	73,1	18,5	6,8	1,8	91,6	94,4	4,9	2,1	
622 800	85	88	4,1	1,5	1,0														
532 340	85	109	4,1	1,5	1,0														
1 028 160	81	85	6,7	2,8	1,4														
515 440	116	110	12,1	8,0	5,2														
213 500	143	148	10,8	6,1	7,5														
79 160	68	94	6,4	3,0	1,9	45 851 F	28,6	20,7			7,1	6,4	79,2	7,3	12,9	16,4	7,0	6,7	
1 943 620	86	96	5,1	6,3	76,8														
142 520	114	122	12,6	13,3	45,0	58 021 F	38,2	18,9	33,1	66,3	56,5	9,6	28,9	5,0	71,8	73,0	9,4	6,0	
840 280	196	183																	

Fontes:

¹ INSEE, Recensements.

² H. Roze, "Prestations sociales, impôt direct et échelle des revenus", in *Économie et statistique*, février 1971.

³ P. L'Hardy, "Les disparités du patrimoine", in *Économie et statistique*, février 1973.

⁴ G. Banderier, *Les Revenus des ménages en 1965*, Collections de l'INSEE, M 7, décembre 1970.

⁵ P. L'Hardy, *Structure de l'épargne et du patrimoine des ménages en 1966*, Collections de l'INSEE, M 13, mars 1972.

Tabela 13 – Mudanças morfológicas no âmago da classe dominante

	Estrutura (%)				Taxa anual de variação (%)			Total das mulheres (%)			
	1954	1962	1968	1975	1954 1962	1962 1968	1975	1954	1962	1968	1975
grandes comerciantes	22,0	17,0	16,4	11,0	-1,5	0,0	-4,2	29,2	30,2	32,9	30,8
industriais	11,0	7,9	6,3	3,5	-0,6	3,3	-1,7	14,9	14,2	13,7	13,5
profissões liberais	14,6	12,3	10,9	10,1	0,5	2,0	2,9	15,6	17,3	19,3	22,2
quadros superiores adm.	33,5	37,0	35,3	38,3	3,9	3,1	5,3	8,6	11,1	13,4	17,1
engenheiros	9,2	13,5	14,5	15,0	7,8	5,1	4,7	2,1	3,2	3,4	4,4
professores, profissões liter. e científicas	9,7	12,3	16,6	22,1	5,7	9,3	8,5	39,9	43,0	44,7	47,0

Tabela 14 – Mudanças morfológicas no âmago da classe média

	Estrutura (%)				Taxa anual de variação (%)			Total das mulheres (%)			
	1954	1962	1968	1975	1954 1962	1962 1968	1975	1954	1962	1968	1975
artesãos	14,6	11,2	9,3	16,6	-2,1	-0,5	-2,1	18,3	16,0	14,7	11,9
pequenos comerciantes	24,1	20,0	15,4	11,3	-1,2	-1,7	-1,7	51,7	51,3	50,2	48,2
comerciários	8,5	9,0	9,4	9,1	1,9	3,4	2,4	52,0	57,0	57,7	59,4
empregados de escritório	31,3	33,2	35,7	38,5	1,9	3,9	3,0	53,0	59,4	61,9	65,0
quadros médios adm.	10,2	11,0	11,1	12,0	2,0	2,8	3,9	24,6	31,9	34,9	44,9
professores primários	7,4*	7,4	8,4	9,1	4,1*	4,9	4,0	68,3*	65,1	62,7	63,5
técnicos	3,7	6,1	8,0	9,4	7,5	7,5	5,2	7,1	7,9	11,3	14,4
serviços médico-sociais		1,9	2,6	3,7		7,8	8,1		84,8	83,2	79,0

* Incluindo os serviços médico-sociais.

Fonte: L. Thévenot, "Les catégories sociales en 1975: l'extension du salarial", in *Économie et statistique*, 91, juillet-août 1977, p. 4-5. Os dados desta tabela são extraídos da apuração exaustiva dos censos de 1954 e 1962, assim como da sondagem pelo quarto em 1968 e da sondagem pelo quinto em 1975. Trata-se dos dados comparáveis mais precisos de que se dispõe sobre esse período.

Sabe-se que, entre 1954 e 1975, a estrutura da população economicamente ativa sofreu consideráveis alterações: enquanto a taxa de agricultores, produtores rurais e assalariados havia passado de 26,7% para 9,3% e a taxa de operários havia aumentado muito ligeiramente (de 33,8% para 37,7%), o total da classe média registrou – em decorrência, segundo mostra a Tabela 14, do aumento da população assalariada desse setor – uma elevada taxa de crescimento (passando de 27% para 37% da população economicamente ativa); por sua vez, os efetivos da classe dominante passaram de 4,3% para 7,8%.

transformação do peso das diferentes frações das classes médias (cf. Tabela 14): ainda neste aspecto, a parcela dos pequenos comerciantes e artesãos, assim como a parcela dos agricultores, registra uma queda acentuada, enquanto cresce a proporção de professores primários, técnicos ou pessoal dos serviços médico-sociais. Além disso, a relativa estabilidade morfológica de um grupo profissional pode ocultar uma transformação de sua estrutura que resulta da *reconversão no próprio trabalho* dos agentes (ou dos filhos) que, no início do período, estavam presentes no grupo e/ou de sua substituição por agentes oriundos de outros grupos. Assim, por exemplo, a diminuição relativamente baixa do volume global da categoria dos comerciantes, detentores majoritariamente (93%) de pequenas empresas individuais que – em parte, conseguiram resistir à crise pelo aumento do consumo das famílias – dissimula a transformação da estrutura dessa profissão: a estagnação ou diminuição dos pequenos comércios de alimentação – particularmente afetados pela concorrência dos supermercados ou lojas de departamentos – ou de vestuário é quase compensada por um crescimento do comércio de automóveis, de equipamentos domésticos (móveis, decoração, etc.) e, sobretudo, de esporte, lazer e cultura (livrarias, lojas de discos, etc.), além de farmácias. Pode-se pressupor que, no interior mesmo da alimentação, a evolução delineada pelos números dissimula transformações que levam a uma redefinição progressiva da profissão: assim, o fechamento dos comércios de alimentação geral, aliás, os mais fortemente atingidos pela crise, e de padarias da zona rural, pode coexistir com a abertura de butiques de dietética, de produtos naturais oriundos das regiões, de alimentação orgânica ou de padarias especializadas na fabricação do pão à moda antiga. Essas transformações da natureza das empresas comerciais – correlatas de transformações, no mesmo período, da estrutura do consumo das famílias que, por sua vez, é correlata do crescimento da renda e, sobretudo, talvez, do aumento do capital cultural ocasionado pela translação da estrutura das oportunidades de acesso ao sistema de ensino – estão associadas, por uma relação dialética, a uma elevação do capital cultural dos proprietários ou gerentes. Tudo leva a pensar que a categoria dos artesãos passou por transformações internas, praticamente semelhantes à transformação sofrida pelos comerciantes, ou seja, o rápido desenvolvimento do artesanato de luxo e de arte que, exigindo a posse de um patrimônio econômico, além de um capital cultural, veio compensar o declínio das camadas mais desfavorecidas do artesanato tradicional. Compreende-se que a diminuição do volume dessas categorias médias seja acompanhada por uma elevação do capital cultural avaliado pelo nível de instrução.

Artesãos ou comerciantes de luxo, de cultura ou de arte, gerentes de "boutiques" de confecção, revendedores de "griffes", comerciantes de roupas e adereços exóticos ou de objetos rústicos, de discos, antiquários, decoradores, *designers*, fotógrafos ou, até mesmo, proprietários de restaurantes ou de "bistrotts" da moda, "ceramistas" interioranos e livreiros de vanguarda empenhados em prolongar, para além dos estudos, o estado de indistinção entre o lazer e o trabalho, a militância e o diletantismo, característico da condição estudantil, todos estes vendedores de bens ou serviços culturais encontram – em profissões ambíguas, à medida de seus desejos, em que o sucesso depende, no mínimo, tanto da distinção sutilmente desenvolvida do vendedor e, também, de seus produtos quanto da natureza e qualidade das mercadorias – um meio de obter o melhor rendimento para um capital cultural em que a competência técnica conta menos que a familiaridade com a cultura da classe

dominante e o controle dos signos e emblemas da distinção e do gosto. Eis outros tantos traços que predisõem esse novo tipo de artesanato e comércio – com elevado investimento cultural, tornando possível a rentabilidade da herança cultural diretamente transmitida pela família – a servir de refúgio aos filhos da classe dominante eliminados pela Escola.

O tempo de compreender

Entre os efeitos do processo de inflação dos diplomas e da desvalorização correlata que, aos poucos, obrigou todas as classes e frações de classe – a começar pelas que mais utilizam a escola – a intensificar incessantemente a utilização da escola e, assim, por sua vez, contribuir para a superprodução de diplomas, o mais importante é, sem qualquer dúvida, o conjunto de estratégias implementadas pelos detentores de diplomas desvalorizados para manter a posição herdada ou obter, por intermédio dos diplomas, o equivalente real ao que estes garantiam em um estado anterior da relação entre diplomas e cargos.

Sabendo que a garantia do diploma – cuja proximidade, neste aspecto, ao título de nobreza é maior que à espécie de título de propriedade em que é transformado pelas definições estritamente técnicas – baseia-se, na experiência social, em algo infinitamente maior, além de ser diferente, do que o direito de ocupar uma posição e a capacidade de desempenhá-la, imagina-se facilmente que os detentores de diplomas desvalorizados sentem pouca propensão a perceber (de qualquer modo, isso é difícil) e reconhecer a desvalorização de diplomas aos quais estão fortemente identificados de um ponto de vista objetivo (em grande parte, eles são constitutivos de sua *identidade social*) e, ao mesmo tempo, subjetivo. No entanto, a preocupação em salvaguardar a auto-estima – que impele o indivíduo a apegar-se ao *valor nominal* dos diplomas e cargos – não chegaria a sustentar e impor o desconhecimento dessa desvalorização se não encontrasse a cumplicidade de mecanismos objetivos, dos quais os mais importantes são, por um lado, a histerese do *habitus* que leva a aplicar, ao novo estado do mercado de diplomas, determinadas categorias de percepção e de apreciação correspondentes a um estado anterior de oportunidades objetivas de avaliação e, por outro, a existência de mercados relativamente autônomos em que o ritmo da desvalorização dos diplomas é menos rápido.

O efeito de histerese será tanto mais acentuado quanto mais distante estiver do sistema escolar e mais reduzida ou abstrata for a informação no mercado dos diplomas. Entre as informações constitutivas do capital cultural herdado, uma das mais preciosas é o conhecimento prático ou erudito das flutuações desse mercado, ou seja, o *sentido do investimento* que permite obter o melhor rendimento, no mercado escolar, do capital cultural herdado ou, no mercado de trabalho, do capital escolar; nesse caso, convém ter argúcia para abandonar a tempo, por exemplo, os ramos de ensino ou as carreiras desvalorizados para se orientar em direção a ramos de ensino ou carreiras de futuro, em vez de agarrar-se aos valores escolares que, em um estado anterior do mercado, proporcionavam os mais elevados lucros. Ao contrário, a histerese das categorias de percepção e de apreciação faz com que os detentores de diplomas desvalorizados se tornem, de alguma forma, cúmplices de sua própria mistificação já que, por um efeito típico de *alodoxia*, atribuem aos títulos desvalorizados que lhes são outorgados um valor que,

objetivamente, não lhes é reconhecido: assim, explica-se que os mais desprovidos de informação no mercado dos diplomas – que, desde há muito, sabem reconhecer, por trás da estagnação do salário nominal, o definhamento do salário real – tenham continuado a procurar e aceitar os certificados escolares que recebem como pagamento de seus anos de estudos – e, inclusive, quando são os primeiros a serem atingidos, em decorrência da falta de capital social, pela desvalorização dos diplomas.

O apego a uma representação antiga do valor do diploma, facilitada pela histerese do *habitus*, contribui, sem dúvida, para a existência de mercados em que os diplomas podem escapar (pelo menos, na aparência) à desvalorização; de fato, o valor vinculado, objetiva e subjetivamente, a um diploma apenas se define ao serem levados em consideração todos os seus usos sociais. É assim que a avaliação dos diplomas que se efetua nos grupos de interconhecimento mais diretamente testados, tais como o conjunto dos pais, vizinhos, discípulos (a “turma”), colegas, pode contribuir para mascarar consideravelmente os efeitos da desvalorização. Todos esses efeitos de desconhecimento individual e coletivo nada têm de ilusório já que podem, por um lado, orientar realmente as práticas e, em particular, as estratégias individuais e coletivas que visam afirmar ou restaurar, na objetividade, o valor vinculado subjetivamente ao diploma ou cargo e, por outro, contribuir para determinar sua reavaliação real.

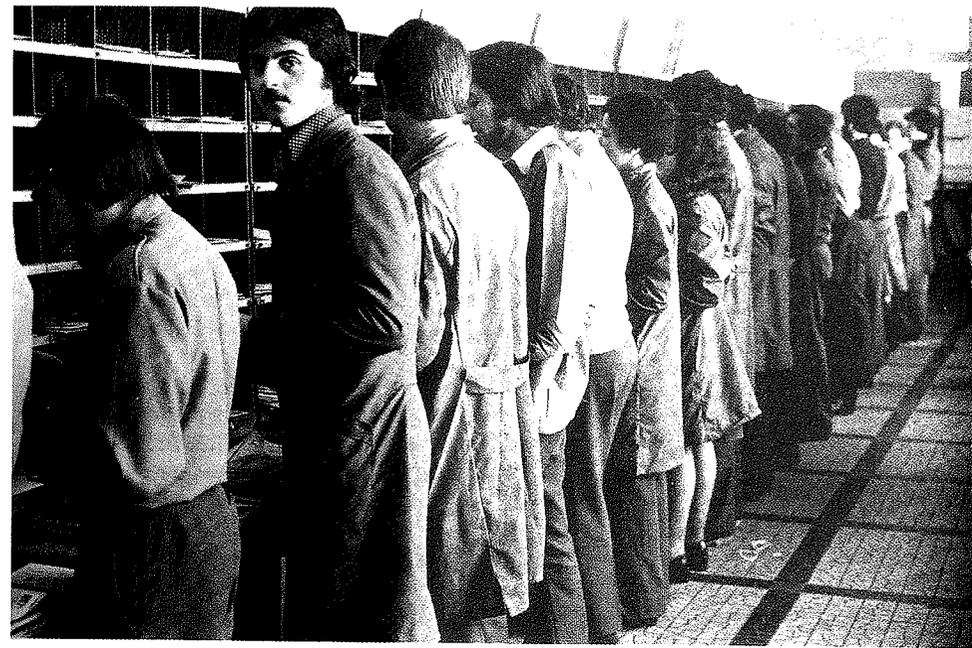
Sabendo que, nas transações em que se define o valor de mercado do diploma, a força dos vendedores da força de trabalho depende, se deixarmos de lado seu capital social, do valor dos diplomas – e tal operação ocorre de forma tanto mais estreita quanto mais rigorosa tiver sido a codificação da relação entre diploma e cargo (aliás, esse é o caso nas posições estabelecidas em oposição às novas posições) –, observa-se que a desvalorização dos diplomas serve diretamente aos interesses dos detentores de cargos: se os diplomados estão vinculados ao valor nominal dos diplomas – ou seja, o que estes garantiam, por direito, no estado anterior –, os detentores de cargos mantêm o mesmo tipo de vínculo com o valor real dos diplomas, aquele que se determina, no momento considerado, na concorrência entre titulares (os efeitos dessa espécie de desqualificação estrutural vêm acrescentar-se a todas as estratégias de desqualificação implementadas, há muito tempo, pelas empresas). Nessa luta – que será tanto mais desigual quanto menor for o valor relativo do diploma na hierarquia dos diplomas e quanto maior for sua desvalorização –, pode ocorrer que, para defender o valor de seu diploma, o único recurso do diplomado seja a recusa em vender sua força de trabalho pelo preço que lhe é oferecido; nesse caso, a escolha de permanecer no desemprego assume o sentido de uma greve (individual).³⁵

Uma geração enganada

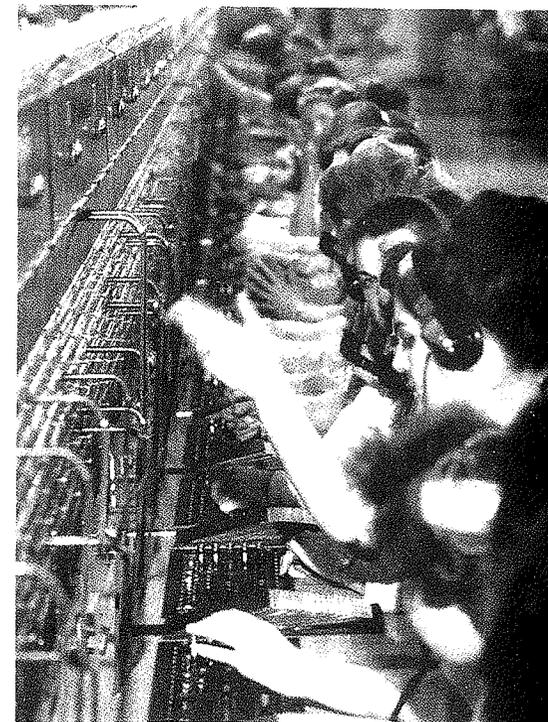
A defasagem entre as aspirações produzidas pelo sistema escolar e sua oferta concreta de oportunidades é, em uma fase de inflação dos diplomas, um fato estrutural que, em diferentes graus – segundo a raridade dos respectivos diplomas e segundo sua origem social –, afeta todos os membros de uma geração escolar. Tendo ingressado, recentemente, no ensino secundário, as classes são levadas a esperar, pelo simples fato desse acesso, o que este proporcionava no tempo em que, praticamente, estavam excluídas desse ensino. Tais aspirações – que, em outro tempo e para outro público, haviam sido

perfeitamente realistas por corresponderem a oportunidades objetivas – são freqüentemente desmentidas, de forma mais ou menos rápida, pelos veredictos do mercado escolar ou do mercado de trabalho. O menor paradoxo do que é designado por “democratização escolar” não será precisamente o fato de ter sido necessário que as classes populares – até então, sem terem dado importância ou terem aceito inadvertidamente a ideologia da “escola libertadora” – passassem pelo ensino secundário para descobrir, mediante a relegação e a eliminação, a escola conservadora? A desilusão coletiva que resulta da defasagem estrutural entre as aspirações e as oportunidades, entre a identidade social que o sistema de ensino parece prometer ou aquela que propõe a título provisório e a identidade social que oferece, realmente, para quem sai da escola, o mercado de trabalho, encontra-se na origem da desafeição em relação ao trabalho e com as manifestações de *recusa da finitude social*, aliás, raiz de todas as fugas e de todas as recusas constitutivas da “contracultura” adolescente. Sem dúvida, essa discordância – e o desencantamento engendrado por seu intermédio – assume formas diferentes, do ponto de vista objetivo e subjetivo, segundo as classes sociais. É assim que, para os jovens oriundos da classe operária, a passagem pelo ensino secundário e pelo estatuto ambíguo de “estudante”, provisoriamente liberado das necessidades do mundo do trabalho, tem o efeito de introduzir falhas na dialética das aspirações e das oportunidades que induziam a aceitar, às vezes, com solicitude (como acontecia com os filhos de mineiros que identificavam sua entrada no estatuto de homem adulto com a descida à mina), quase sempre como algo evidente, o destino social. O mal-estar no trabalho experimentado e manifestado, de maneira particularmente intensa, pelas vítimas mais evidentes da desclassificação – por exemplo, aqueles *bacheliers* condenados a desempenhar o papel de operário sem qualificação ou de carteiro – é, de certo modo, comum a uma geração inteira; e se ele se exprime através de formas insólitas de luta, de reivindicação ou de evasão, muitas vezes, mal compreendidas pelas organizações tradicionais de luta sindical ou política, é porque está em jogo outra coisa e algo mais do que o posto de trabalho – ou, como se dizia outrora, a “situação”. Questionados, profundamente, em sua identidade social, na imagem de si mesmos, por um sistema escolar e um sistema social que se limitaram a apresentar-lhes vãs promessas, eles só conseguem restaurar sua integridade pessoal e social respondendo com uma recusa global a esses veredictos. Tudo se passa como se sentissem que, em vez de um fracasso individual – como ocorria anteriormente, vivido, com os incentivos do sistema escolar, como imputável aos limites da pessoa – o que está em jogo é a própria lógica da instituição escolar. A desqualificação estrutural que afeta todos os membros da geração, levados a obter de seus diplomas um resultado bem menor do que aquele que teria sido conseguido pela geração precedente, encontra-se na origem de uma espécie de desilusão coletiva que predispõe essa geração enganada e desiludida a estender, a todas as instituições, a revolta mesclada de ressentimento que lhe inspira o sistema escolar. Essa espécie de humor antiinstitucional (que se alimenta de crítica ideológica e científica) conduz, no limite, a uma espécie de denúncia dos pressupostos tacitamente assumidos da ordem social, a uma suspensão prática da adesão dóxica aos desafios que ela propõe, aos valores que professa e à recusa dos investimentos que são a condição de seu funcionamento.

Objeto de uma...

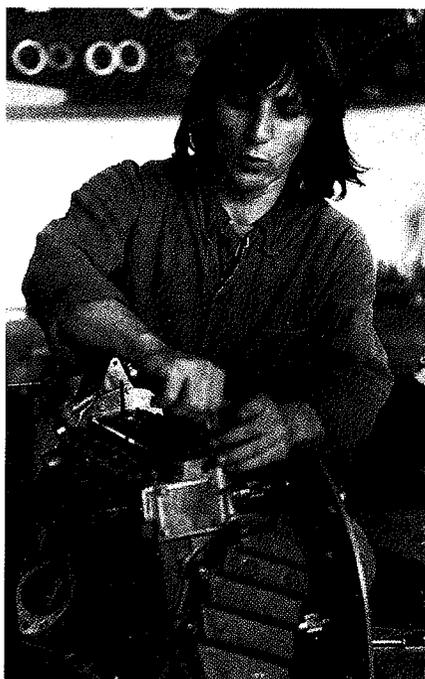


Novas modalidades de trabalho em série

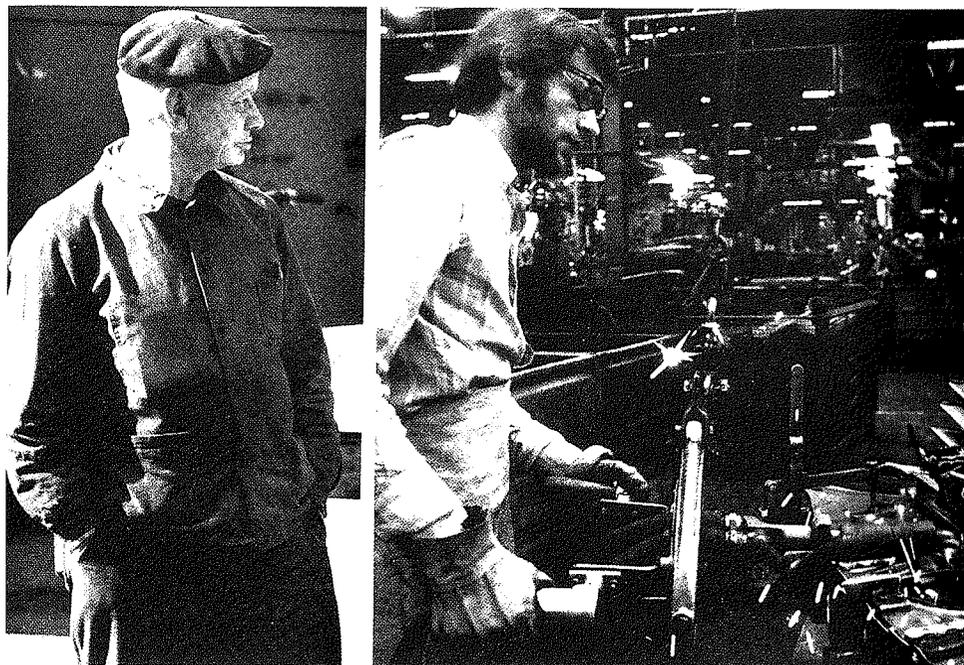
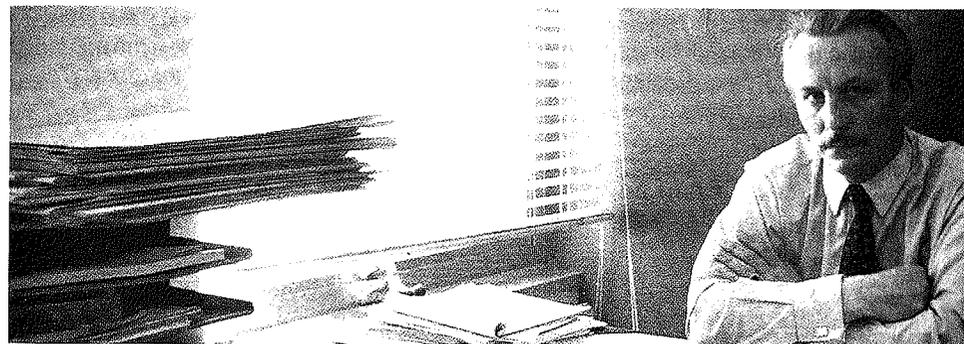


Compreende-se que o conflito entre as gerações que se exprime não só no âmago das famílias, mas também na instituição escolar, nas organizações políticas ou sindicais – e, sobretudo, talvez, no ambiente do trabalho sempre que, por exemplo, os autodidatas à moda antiga que, trinta anos atrás, haviam iniciado sua atividade com um certificado de estudos ou um *brevet**, além de uma imensa boa vontade cultural, encontram-se confrontados com jovens *bacheliers* ou com autodidatas de novo estilo que introduzem na instituição seu humor antiinstitucional – assuma, muitas vezes, a forma de um conflito derradeiro sobre os próprios fundamentos da ordem social: por ser mais radical e, também, mais incerta que a contestação política em sua forma habitual, essa espécie de humor desencantado, evocador daquele que havia caracterizado a primeira geração romântica, opõe-se, de fato, aos dogmas fundamentais da ordem pequeno-burguesa, tais como “carreira”, “situação”, “promoção”, “avanço”.

Em 1962, entre os operários sem qualificação, na faixa etária de 15 a 24 anos, somente 1,5% possuíam o BEPC e 0,2% o *baccalauréat* ou um diploma de ensino superior, ao passo que as taxas correspondentes, em 1975, elevavam-se a 8,2% e 1,0%. Desde 1962, contava-se entre os empregados e, até mesmo, entre os mais velhos, uma parcela relativamente forte de diplomados; a parcela dos diplomas mais elevados aumenta mais rapidamente entre os mais jovens que entre os mais velhos, de modo que a parcela dos diplomas elevados torna-se mais forte entre os primeiros do que entre os segundos (em 1962, 25% dos empregados com idade compreendida entre 15 e 24 anos possuíam o *brevet*, 2% o *bac* e 0,2% um diploma de faculdade ou de *grande école* contra 38%, 8% e 1,7% em 1975 – para os mais velhos, as taxas correspondentes eram de 16,1%, 3,3% e 1,4%). Além de todas as transformações das relações entre colegas de gerações diferentes que estão inscritas nessas distribuições, convém levar em consideração as transformações da relação com o trabalho que resultam da instalação em *postos*, muitas vezes, *degradados* (com a automatização e todas as formas de mecanização das tarefas que transformam numerosos empregados em operários sem qualificação das grandes burocracias) de agentes providos de diplomas mais elevados do que era habitual no passado. Tudo permite supor que a oposição entre o rigor, um tanto estrito dos mais velhos, e a descontração dos mais jovens – percebida, sem dúvida, como displicência – combinada, em particular, com a barba e os cabelos compridos, atributos tradicionais da boêmia intelectual ou artística, exprime algo além de uma simples oposição entre gerações.



* No sistema de ensino francês, este diploma obtinha-se após a realização de um curso profissionalizante de 2 anos, depois de concluído o 1º ciclo. (N.T.)



Os desencantados

“De início, fiz sondagens de opinião. Eu tinha encontrado um amigo de L. que já fazia esse trabalho. Eu tinha a lista de todas as agências de pesquisas de Paris. Telefonei, andei à procura durante dois meses, finalmente, arranjei emprego. Em seguida, ao fim de vários meses, deixaram de me chamar, já não havia mais sondagens. Eu tinha direito ao ‘seguro desemprego’ (1.000 F por mês); vivemos desta forma durante sete meses. Em seguida, fizemos as vindimas durante dois meses. E depois, voltei a fazer sondagens, mais ou menos, durante sete meses, eu tinha um contrato por tempo determinado, mas abandonei a agência, lá dentro só havia lésbicas, elas davam o trabalho por capricho, fui embora. De qualquer modo, cada um de nós trabalha um pouco, cada um por sua vez. Em um tipo de sociedade como essa, o trabalho para mim não é o essencial. Se estivesse na China, aí, talvez, eu pudesse trabalhar dez horas por dia” (F., 24, casada, *baccalauréat* e alguns meses da faculdade de letras, o pai vive de rendimentos).

“Quem toma bomba no *bac* é posto logo à margem: em determinado momento, não há mais orientação possível e, além disso, não se vê a utilidade dos empregos que a gente possa encontrar.

Sempre fiz uns biscates sem grande interesse; então, faço economias para poder ficar parado durante alguns meses. De qualquer maneira, prefiro estar parado para não criar hábitos.

Depois de ter tomado bomba no *bac*, fui monitor em uma colônia de férias. Em seguida, encontrei trabalho em um jornal de Dreux. Eu era redator estagiário, mas ao final de dois meses, eu tinha de obter a carteira de jornalista, então, tornei-me *freelancer*, mas, certamente, eu não devia agradar ao pessoal. Tudo o que eu escrevia, passava por um crivo. Eu também tirava fotos. Mas havia relações de força no trabalho, eu não era suficientemente combativo, aliás, não tinha vontade de lutar. Ao cabo de seis meses, já não me confiavam mais serviço e fui embora. Em seguida, deixei-me levar pelo mito da administração, inscrevi-me para trabalhar nos Correios. Durante três semanas estive na triagem. Senti-me constrangido, eu havia entrado em um mundo de trabalho que eu não conhecia. Não foram tanto as pessoas que me fizeram impressão, mas talvez as relações entre elas, a denúncia, não havia a mínima solidariedade. Ao final de três semanas, pedi a conta: éramos cinco auxiliares, houve um que havia sido despedido de um dia para o outro (atrasou-se 15 minutos durante um intervalo), então, os outros pediram a conta. O cúmulo é que você acabou de tomar bomba no *bac* e os estudos nunca chegaram a despertar-lhe o interesse e, de repente, você se vê considerado como intelectual.

Em seguida, encontrei, pela A.N.P.E. [Agência Nacional para o Emprego], um trabalho de contabilidade em um organismo de fiscalização da carne bovina. E depois, tinha tido uma história de comissão que não foi dada para todo o mundo, então, depois

de uma descompostura, fui embora. Eu tinha agüentado aí, dois meses e meio. Em setembro, fiz um mês de vindimas e depois voltei à A.N.P.E. para arrumar trabalho. Fui entregador durante seis meses. Foi o negócio mais louco que já fiz. É um trabalho infernal, chega um momento em que você se torna completamente maluco sobre a moto, você tem a impressão de que todo o mundo quer acabar com você; desisti, já não suportava mais isso.

Depois de dois meses de desemprego, inscrevi-me na S.N.C.F. [Sociedade nacional das estradas de ferro], fui contratado para o período das férias, fazia as reservas eletrônicas (operador não sei o quê...), fiquei aí durante quatro meses e fui embora porque tinha a intenção de ir viver no campo, e ainda estou aí” (G., 21, tomou bomba no *baccalauréat* D, pai agente de polícia, mãe faxineira).

cf. C. Mathey, “Recherche de travail et temps de chômage: interviews de 50 jeunes travailleurs privés d’emploi”, in *L’Entrée dans la vie active*, Cahiers du Centre d’études de l’emploi, 15, Paris, PUF, 1977, p. 479 e 658.

A luta contra a desclassificação

A contradição específica do modo de reprodução, com componente escolar, reside na oposição entre os interesses da classe que a Escola serve *estatisticamente* e os interesses dos membros da classe que ela sacrifica, ou seja, aqueles que são designados como “fracassados” e estão ameaçados de desclassificação por não possuírem os diplomas formalmente exigidos dos membros que usufruem de plenos direitos; sem esquecer os detentores de diplomas que, “normalmente” – ou seja, em um estado anterior da relação entre os diplomas e os cargos –, dão direito a uma profissão burguesa a quem, não sendo oriundo da classe, está desprovido do capital social necessário para obter o pleno rendimento de seus diplomas. A superprodução de diplomas, e sua decorrente desvalorização, tendem a se tornar uma constante estrutural quando as oportunidades teoricamente iguais de obter diplomas são oferecidas a todos os filhos da burguesia (tanto caçulas quanto primogênitos e tanto meninas quanto meninos), enquanto cresce também – em números absolutos – o acesso das outras classes a esses diplomas. As estratégias utilizadas – tanto por alguns que tentam escapar à desclassificação e recuperar sua trajetória de classe quanto por outros para prolongarem o curso interrompido de uma trajetória visada – constituem, atualmente, um dos fatores mais importantes da transformação das estruturas sociais; de fato, ao permitirem que os detentores de um capital social de relações herdadas possam suprir a ausência de diplomas ou obter o rendimento máximo dos diplomas que haviam tido a possibilidade de adquirir – orientando-se para áreas ainda pouco burocratizadas do espaço social (em que as disposições sociais contam mais que as “competências” garantidas pela escola) –, as estratégias individuais de recuperação conjugam-se com as estratégias coletivas de reivindicação que visam valorizar os diplomas e, por seu intermédio, obter a contrapartida que lhes estava garantida em um estado anterior, por um lado, para favorecer a criação de numerosas posições *semi-burguesas*, decorrentes da redefinição de posições antigas ou da invenção de novas e bem feitas posições destinadas a evitar a desclassificação aos “herdeiros” desprovidos de diplomas e, por outro, para oferecer aos “novos-ricos” uma contrapartida aproximada de seus diplomas desvalorizados.

As estratégias utilizadas pelos agentes para evitar a desvalorização dos diplomas que é correlata da multiplicação dos titulares encontram seu fundamento na defasagem, particularmente acentuada, em determinadas conjunturas e posições sociais, entre as oportunidades objetivamente oferecidas em determinado momento e as aspirações realistas que são apenas o produto de um outro estado de oportunidades objetivas: essa defasagem é, quase sempre, o efeito de um declínio em relação à trajetória individual ou coletiva que se encontrava inscrita como potencialidade objetiva na posição anterior e na trajetória que conduziu a essa posição. Esse efeito de *trajetória interrompida* faz com que as aspirações, semelhantes a um projétil impulsionado por sua inércia, desenhem, acima da trajetória real – a do filho e neto de ex-estudante da *Polytechnique* que se tornou engenheiro comercial ou psicólogo, ou a do *licencié* em direito que, por falta de capital social, tornou-se animador cultural –, uma trajetória não menos real e que, de qualquer modo, nada tem de imaginário no sentido atribuído, habitualmente, a essa palavra: inscrita no âmago das disposições, essa impossível potencialidade objetiva, espécie de esperança ou de promessa traída, é o que pode levar a uma aproximação, a despeito de todas as diferenças, entre os filhos da

burguesia que, do sistema escolar, não obtiveram os meios de prosseguir a trajetória mais provável para sua classe, e os filhos das classes médias e populares que, por falta de capital cultural e social, não conseguiram de seus diplomas o que estes garantiam em um outro estado do mercado – ou seja, duas categorias que, em particular, são impelidas a orientar-se para posições novas.

Quem pretende escapar à desclassificação pode produzir, de fato, novas profissões mais ajustadas a suas pretensões (socialmente fundamentadas em um estado anterior das relações entre os diplomas e os cargos) ou, então – em conformidade com suas pretensões, por meio de uma redefinição que implica uma reavaliação –, reordenar as profissões, cujo acesso é garantido por seus diplomas.³⁶ A conquista de um cargo por agentes que, sendo dotados de diplomas diferentes daqueles exibidos pelos ocupantes habituais, introduzem em sua relação com o cargo, considerado na sua definição técnica e social, determinadas aptidões, disposições e exigências desconhecidas, acarreta necessariamente transformações do cargo: entre aquelas que se observam quando os recém-chegados são portadores de diplomas de ensino superior, as mais visíveis são o *crescimento da divisão do trabalho* resultante da autonomização de uma parte das tarefas que, até então, eram garantidas, teórica ou praticamente, por profissões de extensão mais ampla (que se pense na diversificação das profissões de ensino ou de assistência) e, muitas vezes, a redefinição das carreiras vinculada à aparição de reivindicações novas em sua forma e em seu conteúdo. Tudo permite supor que a amplitude da redefinição de um cargo que resulta da mudança das propriedades escolares de seus ocupantes – e de todas as propriedades associadas – terá todas as possibilidades de ser tanto maior quanto mais importante for a *elasticidade* da definição técnica e social do cargo – é, inclusive, provável que ela cresça à medida que se sobe na hierarquia dos cargos – e quanto mais elevada for a origem social dos novos ocupantes, por conseguinte, menos propensos a aceitar as ambições limitadas, progressivas e previsíveis na escala de uma vida, dos pequeno-burgueses comuns. Essas duas propriedades não são, certamente, independentes: de fato, sejam eles conduzidos por seu senso de investimento ou por sua preocupação em não se rebaixarem, orientando-se para profissões estabelecidas, particularmente, odiosas em sua transparente univocidade, os filhos da burguesia ameaçados de desclassificação dirigem-se, prioritariamente, para as profissões antigas mais indeterminadas e para os setores em que se elaboram as novas profissões. Portanto, o efeito de redefinição criadora observa-se, sobretudo, nas ocupações com grande dispersão e pouco profissionalizadas e nos setores mais novos da produção cultural e artística, tais como as grandes empresas públicas ou privadas de produção cultural – rádio, televisão, *marketing*, publicidade, pesquisa em ciências sociais, etc. – em que os cargos e as carreiras ainda não adquiriram a rigidez das velhas profissões burocráticas e em que o recrutamento ainda se faz, quase sempre, por cooptação, ou seja, na base das “relações” e afinidades de *habitus*, em vez de levar em consideração os diplomas (deste modo, com maiores oportunidades de ter acesso aos estatutos intermediários entre os estudos e a profissão oferecidos, por exemplo, pelas grandes burocracias da produção cultural e tendo a possibilidade de “segurar” tal atividade por um período mais longo, em vez de ingressarem diretamente em uma ocupação bem definida com o inconveniente de ser definitiva – tal como a de professor –, os filhos da burguesia parisiense têm mais oportunidades de ingressar e serem bem-sucedidos em profissões, cujo acesso, de fato, só é garantido aos titulares de diplomas específicos – diploma

do *Institut des hautes études cinématographiques* ou da *École technique de photo et de cinéma*, *licence* de sociologia ou de psicologia, etc. – que estiverem em condições de juntar os diplomas reais a esses diplomas formais).³⁷

O peso relativo das diferentes categorias que participam do sistema de produção cultural transformou-se profundamente no decorrer das últimas duas décadas: as novas categorias de produtores assalariados que surgiram com o desenvolvimento do rádio e da televisão, ou dos organismos públicos ou privados de pesquisa (particularmente, em ciências sociais) registraram um crescimento considerável, assim como o corpo docente, sobretudo, em seus extratos inferiores, enquanto declinavam as profissões artísticas e jurídicas, ou seja, o artesanato intelectual; essas mudanças morfológicas, acompanhadas pelo desenvolvimento de novas instâncias de organização da vida intelectual – comitês de reflexão, de estudo, etc. – e de novos modos institucionalizados de comunicação – colóquios, debates, etc. – favorecem a aparição de produtores intelectuais mais diretamente subordinados à demanda dos poderes econômicos e políticos, assim como portadores de novos modos de pensamento e de expressão, além de novas temáticas e maneiras de conceber o trabalho intelectual e a função do intelectual. Poderia ocorrer que tais transformações – às quais deveríamos acrescentar, por um lado, o crescimento considerável da população de estudantes, posicionados em uma situação de aprendizagens intelectuais, e, por outro, o desenvolvimento de todo um conjunto de profissões semi-intelectuais – tenham tido como efeito principal fornecer à produção “intelectual” aquilo que se encontrava à disposição exclusiva da “arte burguesa”, ou seja, um público bastante importante para justificar o desenvolvimento e funcionamento de instâncias específicas de produção e difusão, assim como a aparição, nas camadas do campo universitário e do campo intelectual, de uma espécie de alta vulgarização – cujo limite exemplar é representado pelos “novos filósofos” (Sobre a evolução das diferentes categorias socioprofissionais, ver L. Thévenot, “Les catégories sociales en 1975. L’extension du salariat”, in *Économie et statistique*, nº 91, juil-août 1977, p. 3-31. Por sua vez, sobre o desenvolvimento regular, entre 1962 e 1975, do setor de “estudos e consultoria às empresas” – consultores jurídicos, contábeis e financeiros, publicitários, escritórios de arquitetura, etc. – que recruta um grande número de mulheres e constitui uma perspectiva importante de emprego para os diplomados, ver P. Trogan, “Croissance régulière de l’emploi dans les activités d’études et de conseils”, in *Économie et statistique*, nº 93, oct. 1977, p. 73-80).

No entanto, o lugar por excelência dessa forma de mudança deve ser procurado no conjunto de profissões, cujo traço comum é o de garantir o máximo rendimento do capital cultural – boas maneiras, bom gosto ou, até mesmo, beleza física – que, transmitido diretamente pela família, não depende da inculcação, nem da consagração escolares, por serem produtos da interiorização das normas corporais em vigor na classe dominante: os ofícios artísticos ou semi-artísticos, intelectuais ou semi-intelectuais, assim como as profissões de consultoria (psicólogos, orientadores profissionais, fonoaudiólogos, esteticistas, conselheiros conjugais, nutricionistas, etc.), as profissões pedagógicas ou parapedagógicas (educadores, animadores culturais, etc.) ou as profissões de apresentação e representação (animadores de turismo, recepcionistas, guias artísticos, apresentadores de rádio ou de televisão, assessores de imprensa, etc.).

A necessidade experimentada pelas burocracias públicas e, sobretudo, privadas, no que diz respeito ao exercício de funções de recepção e de acolhimento que diferem profundamente, tanto por sua amplitude quanto por seu estilo, daquelas que eram confiadas tradicionalmente a homens – diplomatas, membros de gabinetes ministeriais – oriundos, quase sempre, das frações da classe dominante mais ricas em capital social (aristocracia, antiga burguesia) e em técnicas de sociabilidade indispensáveis à manutenção desse capital, determinou a aparição de um conjunto de profissões femininas e de um *mercado legítimo para as propriedades corporais*. O fato de que algumas mulheres tirem um proveito profissional de *seu encanto*, o fato de que a beleza receba, assim, um valor no mercado de trabalho contribuiu, sem dúvida, para determinar, além de numerosas mudanças de normas relacionadas com o vestuário, a cosmética, etc., todo um conjunto de transformações éticas e, ao mesmo tempo, uma redefinição da imagem legítima da feminilidade: as revistas femininas e todas as instâncias legítimas em matéria de definições legítimas da imagem e do uso do corpo difundem a imagem da mulher encarnada por essas profissionais do encanto burocrático, racionalmente selecionadas e formadas, segundo uma carreira rigorosamente programada – com suas escolas especializadas, seus concursos de beleza, etc. –, tendo em vista desempenhar, segundo as normas burocráticas, as funções femininas mais tradicionais.

A escola em que se adquire a “classe”

LAUORE – 8 avril 1966

Se *Madame* pensa que seu marido não é o perfeito *gentleman* que a senhora gostaria de ter a seu lado; se a *Senhorita* acha que seu noivo, ou seu namorado, carece de requinte, indique-lhe, com tato, este endereço: 50, rue de Ponthieu. De fato, nesse local, Claude Lelief, diretora também da célebre escola de manequins Lucky, acaba de abrir a primeira “escola de bom gosto e de elegância francesa”.

No decorrer de dez aulas particulares, com duração de uma hora e meia, os alunos – cujas idades variam entre 18 e 60 anos – aprendem a vestir-se de modo chique e rebuscado (à semelhança de Cary Grant e do duque de Windsor que figuram entre os homens mais elegantes do mundo), a comportarem-se de maneira irrepreensível, a sentarem-se à mesa, além de conhecerem as flores e saberem como oferecê-las.

Eles familiarizam-se, igualmente, com a maneira de andar como um grande personagem deste mundo e de espirrar discretamente (segundo parece, em sete, apenas uma pessoa sabe fazê-lo). Em resumo, esta escola de bom gosto ensina o que passava por ser impossível de adquirir: a classe. Por sua vez, as representantes do sexo fraco aprenderão a arte, por um lado, de descer de um carro sem atrair os olhares indiscretos dos homens e, por outro, de rechaçar com tato as investidas de um empregador por demais atrevido.

Os celibatários que desejarem aperfeiçoar-se terão uma razão suplementar para freqüentar este estabelecimento: Michael, filho de um grande diplomata que faz questão de conservar o anonimato, aperfeiçoou um “curso acelerado de sedução”, cujas aulas revelam o modo de abrir – segundo suas próprias palavras – todos os corações femininos.

Uma profissão que prolonga sua vocação de mulher.

Uma recepcionista, segundo *Monsieur Tunon* – Presidente-fundador da Escola – é “uma moça, uma mulher jovem, que lhe presta serviço com o sorriso”.

Será possível que você nunca tenha constatado a gentileza, a amabilidade, a alegria de viver daquelas jovens que escolheram esse caminho?

O sorriso dessas jovens não é, de modo algum, um “sorriso profissional”!

É simplesmente a manifestação externa do pleno desabrochamento e da felicidade que lhes proporciona uma profissão em harmonia com seus desejos e sua personalidade.

De fato, no exercício de sua profissão, a recepcionista valoriza, em primeiro lugar, suas qualidades de mulher e prolonga sua vocação feminina.



O encanto, a elegância, a distinção, a graciosidade, todas essas qualidades que contribuem para o sucesso profissional de uma recepcionista são indispensáveis ao êxito da vida pessoal de qualquer mulher. E escolher a profissão de recepcionista é uma forma de pretender, também, emprestar equilíbrio e harmonia à sua própria vida.

Segundo episódio:

Como emagrecer sem contrariar sua vontade

Recorte seu rosto de uma foto de identidade para colá-lo nesta silhueta. Visualizar o objetivo, a finalidade de um regime ajuda a suportar a fome.

Elle, 23 oct. 1978



Pierre Bourdieu

Nos setores mais indeterminados da estrutura social é que existe maior probabilidade de que sejam coroados de êxito os golpes de força visando produzir determinadas especialidades reservadas, particularmente as de “assessoria”, cujo exercício exige apenas uma forma racionalizada de uma competência cultural de classe. A constituição de um corpo socialmente reconhecido de especialistas de consultoria em matéria de sexualidade que está em vias de se realizar mediante a profissionalização progressiva de associações beneficentes, filantrópicas ou políticas, representa a forma paradigmática do processo pelo qual alguns agentes tendem a satisfazer seus interesses categoriais com a íntima convicção do desinteresse que se encontra na origem de qualquer proselitismo, valendo-se, junto às classes excluídas da cultura legítima, da parcela de legitimidade cultural de que haviam sido dotados pelo sistema de ensino para produzir a necessidade e a raridade de sua cultura de classe. Dos conselheiros conjugais aos vendedores de produtos dietéticos, todos aqueles que, atualmente, têm a profissão de oferecer os meios de cobrir a distância entre o ser e o dever-ser em tudo o que toca a imagem ou o uso do corpo, estariam impossibilitados de tomar qualquer iniciativa sem a cumplicidade inconsciente de todos aqueles que contribuem para produzir um mercado inesgotável para os produtos que eles oferecem ao imporem novos usos do corpo e uma nova *hexis* corporal, ou seja, aquela mesma que a nova burguesia da sauna, da sala de ginástica e do ski descobriu por si mesma, além de produzir outras tantas necessidades, expectativas e insatisfações: médicos e nutricionistas que, valendo-se da autoridade da ciência, impõem sua definição da *normalidade*, “tabelas de relações de peso e altura para o homem normal”, regimes alimentares equilibrados ou modelos de desempenho sexual; costureiros que conferem a sanção do bom gosto às medidas impossíveis dos manequins; publicitários que, nos novos usos obrigatórios do corpo, encontram a ocasião de inúmeros apelos à ordem – “vigie seu peso”, etc.; jornalistas que exibem e valorizam sua própria arte de viver nos semanários femininos e nas revistas para quadros ricos, produzidos por eles e por intermédio dos quais se dão em espetáculo; assim, todos concorrem, na própria concorrência que, às vezes, os opõe, para fazer progredir uma causa que servem tanto melhor na medida em que nem sempre têm consciência de estar a seu serviço, tampouco de serem servidos, estando a seu serviço. E a própria aparição dessa nova pequena burguesia – que, a serviço de sua função de intermediária entre as classes, coloca novos instrumentos de manipulação e determina, por sua própria existência, a transformação da posição e das disposições da antiga pequena burguesia – só será compreensível em referência às transformações do modo de dominação que, tendo substituído a repressão pela sedução, a força pública pelas relações públicas, a autoridade pela publicidade, os modos ríspidos pelos modos afáveis, espera que a integração simbólica das classes dominadas venha a ocorrer, de preferência, pela imposição das necessidades e não pela inculcação das normas.

As transformações do sistema escolar

Vê-se como seria ingênua a tentativa de reduzir – a um processo *mecânico* de inflação e desvalorização – o conjunto das transformações que, dentro e fora do sistema escolar, têm sido determinadas pelo crescimento massivo da população escolarizada; e, em particular, todas as mudanças que, através das transformações morfológicas ocorridas em todos os níveis do sistema escolar, assim como através das reações de defesa dos usuários tradicionais do sistema, têm afetado a organização e o funcionamento do sistema – por exemplo, a

A Distinção

147

multiplicação dos ramos de ensino sutilmente hierarquizados e das vias sem saída sabidamente dissimuladas que contribuem para lançar a confusão em relação à percepção das hierarquias. Por esclarecer melhor o assunto, no sistema de ensino secundário, pode ser estabelecida a oposição entre dois estados: no mais antigo, a própria organização da instituição, os ramos de ensino que ela propunha, as disciplinas que garantia e os diplomas que conferia, baseavam-se em cortes bem definidos e em fronteiras nítidas, de modo que a divisão entre o primário e o secundário determinava diferenças sistemáticas em todas as dimensões da cultura ensinada, dos métodos de ensino e das carreiras prometidas (é significativo que o corte tenha sido mantido ou, até mesmo, fortalecido nos lugares em que, a partir de então, começa a verificar-se o acesso à classe dominante, ou seja, no momento da entrada na classe de *seconde**, com a oposição entre a seção de “elite”, a *seconde C*, e as outras, enquanto no nível do ensino superior se verifica a oposição entre as *grandes écoles* ou, mais precisamente, as escolas do poder, e as outras instituições). Por sua vez, no estado atual, a exclusão de grande massa de crianças das classes populares e médias deixou de operar-se na entrada para a classe de *sixième***, mas progressiva e insensivelmente, ao longo dos primeiros anos do secundário, através de formas *denegadas* de eliminação, a saber: o *atraso* (ou a *repetência*) como eliminação diferida; a *relegação* para os ramos de ensino de segunda ordem que implica um efeito de marcação e *estigmatização*, propício a impor o reconhecimento antecipado de um destino escolar e social; e, por último, a *outorga de diplomas desvalorizados*.³⁸

Se a representação das crianças das diferentes categorias socioprofissionais nas classes da *quatrième**** e de CPPN [Classe Pré-Profissionalizante de Nível] reflete a distribuição global da população economicamente ativa na França, as diferenças entre as classes já são manifestadas na distribuição entre as seções: a parcela das crianças que são, *de facto*, eliminadas desse ensino integral – ou seja, relegadas para os CPPN ou para as classes práticas – varia em razão inversa da hierarquia social, passando de 42% entre os assalariados agrícolas ou 29% entre os operários e o pessoal de serviço para 4% entre os quadros médios e 1% entre os quadros superiores. As crianças oriundas das classes populares são super-representadas no ensino técnico curto, mas a parcela dos filhos de quadros médios e de empregados cresce regularmente quando se vai da formação em um ano (CEP - *Certificat d'études professionnelles*), passando pelas CPA [Classes Preparatórias de Aprendizagem] (nas quais os filhos de artesãos são mais numerosos) e o primeiro ano de CAP [Certificado de Aptidão Profissional], até o BEP [*Brevet d'enseignement professionnelle*] (do nível da classe de *seconde*) e a classe de *seconde* técnica, enquanto a parcela dos filhos de operários diminui paralelamente (a parcela dos filhos da classe dominante continua sendo ínfima). Mas se formos mais longe, observaremos que, no nível do CAP, os meninos das classes médias orientam-se, de preferência, para a eletricidade, em vez da construção civil, e seu leque de escolhas é mais extenso que o dos outros; por sua vez, as meninas das classes médias dirigem-se, com maior frequência, para as formações econômicas e financeiras, enquanto as crianças das classes populares são

* Corresponde, aproximadamente, ao 1º ano do secundário. (N.T.)

** Corresponde, aproximadamente, à 5ª série. (N.T.)

*** Corresponde, aproximadamente, à 7ª série. (N.T.)

mais representadas no setor de confecções. Ou, ainda, no nível do BEP, os meninos das classes médias, mais fortemente representados do que no nível do CAP, orientam-se de preferência para os serviços comerciais, enquanto os filhos de operários são majoritários no desenho industrial. Assim, deparamo-nos com uma profusão de ramos de ensino hierarquizados, desde o mais teórico e mais abstrato até o mais técnico e mais prático, cada um deles contendo uma hierarquia que obedece aos mesmos princípios – por exemplo, a oposição entre a eletricidade e a construção civil (cf. F. Oeuvarard, artigo a ser publicado). No nível da classe de *seconde*, as diferenças entre as classes sociais de origem – já nitidamente marcantes nas próprias taxas de representação – manifestam-se com toda a clareza na distribuição entre as seções: em um pólo, a classe de “elite”, a *seconde C*, em que os filhos de quadros médios e superiores, de profissões liberais, industriais e grandes comerciantes, representam mais da metade dos efetivos; e, no outro pólo, as classes especiais de *seconde* – “passarela” entre o segundo ciclo curto e o segundo ciclo integral, de fato, reservada a um reduzido número em que os filhos de operários são super-representados; e, entre os dois, as seções A, AB ou T. A desvalorização imposta pela recuperação e que atua como mecanismo propulsor, assim como a transformação dos cargos profissionais mais qualificados – que, em razão do progresso tecnológico, exige uma acentuada competência técnica de uma minoria –, fazem com que o recurso ao ensino técnico, mais ou menos longo, imponha-se de forma crescente às crianças da classe operária e, em particular, àquelas que são oriundas das camadas mais “favorecidas” – técnicos, operários com qualificação – dessa classe, como a condição da manutenção na posição e o único meio de escapar à carreira negativa que conduz ao subproletariado.

Enquanto o sistema com fronteiras fortemente marcadas levava a interiorizar as divisões escolares que correspondiam claramente a divisões sociais, o sistema com classificações imprecisas e confusas facilita ou permite – pelo menos, nos níveis *intermediários* do espaço escolar – determinadas aspirações, por sua vez, imprecisas e confusas, ao impor – de maneira menos estrita e, também, menos brutal do que era comum no antigo sistema, simbolizado pelo rigor impiedoso do concurso – o ajuste dos “níveis de aspiração” a barreiras e níveis escolares. Se é verdade que ele retribui uma grande parte dos usuários com diplomas desvalorizados – servindo-se dos erros de percepção induzidos pela profusão anárquica dos ramos de ensino e diplomas, a um só tempo, relativamente insubstituíveis e sutilmente hierarquizados –, ocorre que não lhes impõe um *desinvestimento* tão brutal quanto o antigo sistema; além disso, a confusão das hierarquias e das fronteiras entre os escolhidos e os excluídos, entre os verdadeiros e os falsos diplomas, contribui para impor a eliminação lenta, e a aceitação lenta de tal eliminação, sem deixar de facilitar a instauração – com o futuro objetivo – de uma relação menos realista e menos resignada do que o antigo *senso dos limites* que constituía o fundamento de um senso bastante agudo das hierarquias. Incentivada, de inúmeras formas, pelo novo sistema, a *alodoxia* é o que faz: por um lado, com que os relegados colaborem para sua própria relegação, superestimando os ramos de ensino adotados, supervalorizando seus diplomas e atribuindo-se possibilidades que, de fato, lhes são recusados; e, por outro, com que eles não aceitem realmente a verdade objetiva de sua posição e de seus diplomas. E as posições novas ou renováveis não exerceriam tal atrativo se – imprecisas e mal definidas, mal

localizadas no espaço social, não oferecendo, na maior parte das vezes, à maneira do ofício de artista ou de intelectual de outrora, qualquer um dos critérios materiais ou simbólicos, promoções, recompensas, aumentos que submetem à prova e servem de medida ao *tempo social* e, também, às hierarquias sociais – não deixassem uma margem tão grande às aspirações, permitindo assim escapar ao desinvestimento brutal e definitivo que, desde o começo da atividade até a aposentadoria, é imposto pelas profissões com limites e perfis bem traçados. O futuro indeterminado proposto por essas novas posições, privilégio até então reservado aos artistas e intelectuais, permite transformar o presente em uma espécie de *sursis incessantemente renovado*, além de tratar o que a antiga linguagem designava por *estado* como uma condição provisória, à maneira do pintor que, trabalhando em publicidade, continua a se considerar como um “verdadeiro” artista e afirmar, como justificativa, que esse ofício mercenário é apenas uma ocupação temporária que abandonará assim que tiver conseguido o suficiente para garantir sua independência econômica.³⁹ Essas profissões ambíguas permitem evitar o trabalho de desinvestimento e reinvestimento implicado na reconversão de uma “vocação” de filósofo em “vocação” de professor de filosofia, de artista-pintor em desenhista de publicidade ou em professor de desenho (evitar ou, pelo menos, adiar esse trabalho, indefinidamente, para mais tarde). Compreende-se que esses agentes “em liberdade provisória” estejam vinculados à educação permanente (ou com a permanência no sistema de educação) que – antítese perfeita do sistema dos grandes concursos, empenhado em marcar os limites temporais e significar de uma vez por todas, e o mais cedo possível, o fim do que está acabado – oferece um futuro aberto, sem limites.⁴⁰ E compreende-se também que, à maneira dos artistas, eles se submetam com tanta solicitude às modas e aos modelos estéticos e éticos da *juventude*, ou seja, uma forma de manifestar, para si e para os outros, que não estão acabados, definidos, no final de carreira ou das contas. As descontinuidades brutais, do tudo ou nada, entre os estudos e a profissão, a profissão e a aposentadoria, cedem o lugar a passagens por evoluções insensíveis e infinitesimais – que se pense em todas as ocupações temporárias ou semipermanentes, muitas vezes, assumidas por estudantes no final dos estudos, que envolvem as posições estabelecidas da pesquisa científica ou do ensino superior ou, em uma outra ordem, na aposentadoria progressiva oferecida pelas empresas de “vanguarda”. *Tudo se passa como se* a nova lógica do sistema escolar e do sistema econômico incentivasse a adiar, pelo período mais longo possível, o momento em que acaba por se determinar o limite para o qual tendem todas as mudanças infinitesimais, ou seja, o balanço final que, às vezes, assume a forma de uma “crise pessoal”. Será necessário dizer que o ajuste assim obtido entre as oportunidades objetivas e as aspirações é, ao mesmo tempo, mais sutil e mais sutilmente extorquido, assim como mais arriscado e mais instável? A imprecisão nas representações do presente e do futuro da posição é uma forma de aceitar os limites, apesar do esforço despendido para mascará-los que equivale a recusá-los ou, se preferirmos, uma forma de recusá-los, mas com a má-fé de um revolucionarismo ambíguo que tem como princípio o ressentimento contra a desclassificação em relação às expectativas imaginárias. Enquanto o antigo sistema tendia a produzir identidades sociais bem definidas, deixando pouco espaço ao onirismo social, assim como confortáveis e inspiradoras de confiança na própria renúncia que elas exigiam, sem concessões, a espécie de *instabilidade estrutural* da representação da identidade social e das aspirações que aí se encontram

legitimamente incluídas tende a remeter os agentes, por um movimento que nada tem de pessoal, do terreno da crise e da crítica sociais para o terreno da crítica e da crise pessoais.

As lutas de concorrência e a translação da estrutura

Vê-se como é ingênua a pretensão de resolver o problema da “mudança social” atribuindo à “renovação” ou à “inovação” um *lugar* no espaço social – para uns, o mais elevado e, para outros, o mais baixo – sempre alhures, em todos os grupos “novos”, “marginais” e “excluídos”, para todos aqueles cuja primeira preocupação consiste em introduzir, a qualquer preço, a “renovação” no discurso: caracterizar uma classe como “conservadora” ou “inovadora” – sem precisar sob qual aspecto – é, recorrendo tacitamente a um padrão ético, situado necessariamente do ponto de vista social, produzir um discurso que, praticamente, se limita a dizer o lugar de onde se articula porque faz desaparecer o essencial, ou seja, o *campo de lutas* como sistema de relações objetivas no qual as posições e tomadas de posição definem-se *relacionalmente* e que domina ainda as lutas que visam transformá-lo: é somente com referência ao espaço de disputa que as define e que elas visam manter ou redefinir, enquanto tal, quase completamente, que se pode compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam conservar e transformar ou transformar para conservar.

As estratégias de reconversão são apenas um aspecto das ações e reações permanentes pelas quais cada grupo se esforça por manter ou modificar sua posição na estrutura social ou, mais exatamente, em um estágio da evolução das sociedades divididas em classes em que é impossível conservar a não ser pela modificação, *modificar para conservar*. No caso particular – embora seja o mais freqüente – em que as ações pelas quais cada classe, ou fração de classe, trabalha para conquistar novas vantagens, ou seja, levar vantagem em relação às outras classes, portanto, objetivamente, para *deformar a estrutura* das relações objetivas entre as classes – aquelas que registram as *distribuições* estatísticas de propriedades – são compensadas (portanto, anuladas *ordinalmente*) pelas reações, orientadas para os mesmos objetivos, das outras classes, a resultante de tais ações opostas, que se anulam no próprio movimento que elas suscitam, é uma *translação global* da estrutura da distribuição entre as classes, ou as frações de classes, dos bens que fazem parte do jogo da concorrência (esse é o caso das oportunidades de acesso ao ensino superior – cf. Tabela e Gráfico).

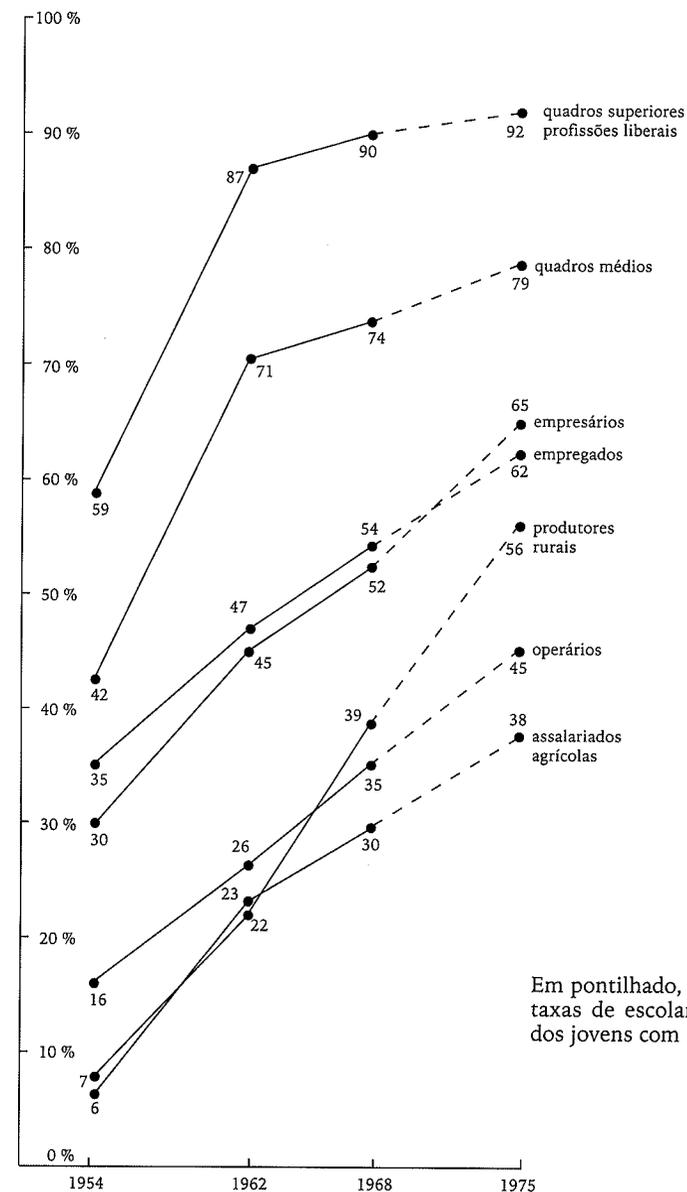
Na Tabela, lê-se a relação entre a evolução morfológica das diferentes classes e frações de classe, por um lado, e, por outro, a evolução do grau em que é utilizado, pelos membros dessas classes e frações de classe, o instrumento escolar de reprodução: o volume dos grupos – cujo modo de reprodução estava fundado, sobretudo, no início de período, na transmissão do patrimônio econômico – tende a diminuir ou permanecer estacionário, enquanto cresce, durante o mesmo tempo, a utilização da escola pelas crianças oriundas desses grupos que, em grande parte, irão engrossar as categorias assalariadas situadas no mesmo nível da hierarquia social; os membros das frações de classe em expansão morfológica – quadros médios e superiores, empregados – que, sendo ricos sobretudo em capital cultural, garantiam sua reprodução, principalmente, pelo recurso à escola, tendem a aumentar a escolarização dos filhos, praticamente, em proporção semelhante à que ocorre com as categorias

independentes que ocupam uma posição equivalente na estrutura das classes. A inversão da posição relativa dos empresários do comércio e dos empregados, por um lado, dos agricultores e operários, por outro, explica-se, ao mesmo tempo, pela intensificação do recurso à escola que se impôs às duas categorias, em declínio numérico, e pela elevação das características globais das estatísticas referentes a essas categorias (visível, por exemplo, em matéria de diplomas) que resulta da transformação de sua estrutura interna – no sentido de uma menor dispersão – e, mais precisamente, pelo fato de que seus extratos inferiores foram particularmente atingidos pela crise e compelidos ao desaparecimento ou à reconversão. As taxas de escolaridade configuradas no Gráfico são, sem dúvida, superestimadas pelo fato de que as estatísticas só levam em consideração os jovens recenseados em sua família – com exclusão daqueles que vivem sozinhos ou em internato, lar, etc. – e, sem dúvida, em grau cada vez mais elevado à medida que se desce na hierarquia social. O leve estreitamento do leque – evidenciado, aparentemente, no período mais recente – é imputável, por um lado, ao efeito de saturação que atinge as categorias mais elevadas e, por outro, ao fato de que a estatística ignora a distribuição dos adolescentes das diferentes classes entre os ramos de ensino que, por sua vez, estão fortemente hierarquizados. Entre 1967-1968 e 1976-1977, na classe de *seconde* do ensino público, a parcela dos filhos de operários – que, em 1975, representavam 40,7% dos jovens com 17 anos – permaneceu constante (passando de 25,7% para 25,9%), enquanto a parcela dos filhos de quadros e de membros das profissões liberais passava, no mesmo período, de 15,4% para 16,8%. Além disso, em 1976-1977, entre os alunos da classe de *seconde*, 57,6% dos filhos de quadros superiores e membros das profissões liberais encontravam-se na seção C – com predominância para as ciências – contra 20,6% dos filhos de assalariados agrícolas e 23,5% dos filhos de operários; ao contrário, 9,8% somente dos primeiros estavam em uma seção com predominância técnica contra 24,6% dos filhos de salarizados agrícolas e 28,7% dos filhos de operários (cf. F. Oeuvarard, *art. Cit.*). Tendências análogas observam-se no nível do ensino superior em que os estudantes oriundos das classes populares são crescentemente relegados para as faculdades de letras e ciências ou para as formações de curta duração com matiz técnico, enquanto os estudantes originários da classe dominante dirigem-se para as *grandes écoles*, para a faculdade de medicina e, em caso de reduzido sucesso escolar, para as *petites écoles* de comércio e de gestão.

Tabela 15 – Evolução morfológica das diferentes classes e evolução de sua relação com o sistema de ensino (1954-1968)

	Taxa de evolução morfológica (base 100 em 1954)	Taxa de titulares do BEPC e acima (homens) (%)		Probabilidades de acesso ao ensino superior (%)		Taxa de escolarização (16-18 anos) (%)		
		1962	1968	1961	1965	1954	1962	1968
assalariados agrícolas	53,7	0,8	1,6	0,7	2,7	8,0	23,3	29,7
produtores rurais	65,2	1,6	2,7	3,6	8	7,5	22,5	38,8
operários	122,8	2,0	2,9	1,4	3,4	16,3	26,1	35,4
empresários da indústria e do comércio	89	8,5	11,3	16,4	23,2	30	45,0	51,7
empregados	120,4	14,7	19,2	9,5	16,2	34,9	47,0	54,3
quadros médios	168,3	39,9	43,3	29,6	35,4	42,6	71,0	74,6
quadros superiores, profissões liberais	167,8	69,5	73,4	48,5	58,7	59,3	87,0	90,0

Gráfico 7 – Translação das taxas de escolarização dos jovens com idade de 16-18 anos, entre 1954 e 1968



Em pontilhado, estão indicadas as taxas de escolarização, em 1975, dos jovens com 18 anos.

Fontes: INSEE, *Recensements de la population 1954, 1962, 1968*.

Probabilidades de acesso ao ensino superior: P. Bourdieu, J. C. Passeron, *Les héritiers*, Paris, Ed. de Minuit, 1964, p. 15; e P. Bourdieu, J. C. Passeron, *La Reproduction*, Paris, Ed. de Minuit, 1970, p. 260.

Taxas de escolarização de jovens de 16 a 18 anos: *Données sociales*, INSEE, 1973, p. 105 (para 1975, cálculos elaborados a partir da sondagem ao 1/5º do censo, Tabela SCO 38 C).

No caso das ciências sociais, o discurso científico não pode ignorar as condições de sua própria recepção: de fato, esta depende, em cada instante, do estado da problemática social em vigor que, por sua vez, é definida – pelo menos, em parte – pelas reações a um estado anterior desse discurso. Aqueles que, adotando a clareza pedagógica como álibi, simplificam, até o simplismo, as análises propostas nos livros *Les Héritiers* e *La Reproduction* – em seguida, aprofundadas por numerosos trabalhos, cujo efeito, no mínimo, consistiu em mostrar que elas ainda pecavam por excesso de simplificação – têm em comum com aqueles que as criticam sem compreendê-las, além do gosto pelas verdades simples, a incapacidade para pensar *de um ponto de vista relacional*. Com efeito, a obstinação ideológica é insuficiente para explicar determinadas ingenuidades, tais como aquela que consiste em falar de uma “alta do recrutamento médio” da universidade entre 1950 e 1960 – expressão que, praticamente, não tem qualquer sentido – e em tirar a conclusão de que a universidade burguesa transformou-se em “universidade dominada pelas classes médias” (cf. R. Boudon, “La crise universitaire française: essai de diagnostic sociologique”, in *Annales*, 3, mai-juin 1969, p. 747-748). Uma simples conferida à posição ocupada pelas faculdades – e, em particular, as faculdades de letras e ciências – na distribuição das instituições de ensino superior, segundo a origem social de sua clientela, é suficiente para fornecer a dimensão de tal análise estatística, comemorada em alto e bom som pelo autor do livro *Le Mal français* que deplora o fato de que esta não tenha tido todo o sucesso que merece, apresentando, assim outra prova de seu profundo conhecimento da realidade universitária (cf. A. Peyrefitte, *Le Mal français*, Paris, Plon, 1978, passim e, especialmente, p. 408-409 e p. 509-511): situadas no mais baixo escalão de um campo dominado evidentemente pelas *grandes écoles* – e, atualmente, ainda mais baixo (se forem julgadas pelo rendimento econômico e social dos diplomas que conferem) do que as menos prestigiosas e as mais recentes escolas de comércio que têm proliferado nos últimos anos –, as faculdades de letras e ciências possuem todas as propriedades dos lugares de relegação, a começar pela taxa de “democratização” – e de feminilização – particularmente elevada que deixa encantados os avaliadores avaliados. O que dizer de quem viesse a medir a “democratização” do ensino secundário a partir da estrutura social de um CET [Colégio de ensino técnico] de Aubervilliers ou de um CES [Colégio de ensino secundário] de Saint-Denis*? Para falar de universidade “dominada pelas classes médias”, torna-se necessário, além do mais, operar uma confusão, consciente ou inconsciente, entre a *taxa de representação* das classes médias na população das faculdades – expressa pela porcentagem de estudantes oriundos das classes médias na população das faculdades – e as *oportunidades de acesso às faculdades* que, objetivamente, estão vinculadas a essas classes, entre a mudança da *composição social* das faculdades (que pode exercer efeitos importantes – por exemplo, em matéria de comunicação pedagógica, com a multiplicação de estudantes desprovidos dos pré-requisitos implicitamente exigidos no antigo sistema – inclusive, no caso em que um grupo venha a permanecer *dominado*

* À semelhança da maior parte das cidades periféricas das grandes metrópoles francesas, as aglomerações de Saint-Denis e Aubervilliers, situadas no subúrbio norte de Paris, albergam importantes conjuntos habitacionais destinados a emigrantes. (N.T.)

socialmente mesmo sendo *dominante numericamente*) e a evolução da *estrutura das probabilidades de escolarização* características das diferentes classes, tais como elas podem ser calculadas relacionando a parcela dos sobreviventes escolares de cada classe – para determinado nível do *cursus* – com o *conjunto de sua classe de origem* – e não com o *conjunto de seus condiscípulos*; ora, como se viu, tal estrutura sofreu uma simples *translação* para o alto e não uma verdadeira transformação.

Processo semelhante de *desenvolvimento homotético* se observa, segundo parece, sempre que as forças e os esforços de grupos em concorrência por determinada espécie de bens ou diplomas raros tendem a equilibrar-se como em uma *corrida* em que, ao termo de uma série de ultrapassagens e de recuperações, as diferenças iniciais acabariam por manter-se, ou seja, sempre que as tentativas dos grupos, inicialmente, mais desprovidos para se apropriarem dos bens ou diplomas, até então, possuídos pelos grupos situados imediatamente *acima deles* na hierarquia social ou imediatamente *à sua frente* na corrida são praticamente compensados, em todos os níveis, pelos esforços despendidos pelos grupos mais bem posicionados para conservar a raridade e a distinção de seus bens e diplomas. Estamos pensando na luta que a venda dos títulos nobiliárquicos suscitou, na segunda metade do século XVI, no âmago da nobreza inglesa, desencadeando um processo auto-sustentado de inflação e desvalorização desses diplomas: os primeiros a serem atingidos foram os mais baixos, tais como *Esquire* ou *Arms*; em seguida, foi a vez do título de *Knigt* que se desvalorizou com tamanha rapidez que os mais antigos titulares tiveram de fazer pressão para obter a criação de um novo título, o de *Baronet*; no entanto, este novo título que vinha ocupar um vazio entre o *Knigt* e o par do reino apareceu como uma ameaça aos detentores do título superior, cujo valor estava vinculado a certa *distância*.⁴¹ Assim, os pretendentes conspiram em favor da ruína dos detentores pelo fato de se apropriarem dos títulos que faziam sua raridade: assim, a melhor forma de desvalorizar um título nobiliárquico é comprá-lo quando se é plebeu. Por sua vez, os detentores perseguem objetivamente a desvalorização dos pretendentes, seja abandonando, de algum modo, seus títulos para perseguir os mais raros, seja introduzindo, entre os titulares, determinadas diferenças associadas à antiguidade do acesso ao título (como a maneira). Segue-se que todos os grupos comprometidos na corrida, qualquer que seja a fila, só podem conservar sua posição, sua raridade e sua fila, com a condição de correrem para manter a distância em relação àqueles que os seguem imediatamente e, assim, com *sua diferença*, ameaçarem aqueles que os precedem; ou, sob outro aspecto, com a condição de aspirarem a ter o que os grupos situados logo à frente detêm no mesmo instante e que eles próprios obterão, embora *em um período ulterior*.

Os detentores dos diplomas mais raros podem também ficar, de algum modo, fora da corrida, do concurso ou da concorrência, pela instauração de um *numerus clausus*. O recurso a medidas desse tipo impõe-se, em geral, quando se revelam como insuficientes os mecanismos estatísticos que garantem “normalmente” a proteção da raridade do grupo privilegiado e cuja eficácia discreta e a verdadeira lógica – em particular, os critérios reais da eliminação – só podem ser apreendidas pela análise estatística: em vez da displicência – conveniente enquanto for garantida a proteção dos interesses do grupo privilegiado – aparece uma espécie de *proteccionismo* consciente que exige a *instituições*

para fazerem às claras o que era feito, de maneira invisível, por mecanismos que, aparentemente, decorriam de uma necessidade natural. Para se proteger contra um número excessivo de indivíduos, os detentores de diplomas raros e de cargos raros a que eles dão acesso, devem defender uma definição do cargo que é simplesmente a definição daqueles que ocupam esse cargo em determinado estado da raridade do diploma e do cargo: ao professor que o médico, o arquiteto ou o professor do futuro devem ser o que são atualmente, ou seja, o que eles próprios são, os diplomados inscrevem para toda a eternidade, na definição do cargo, todas as propriedades que lhe são conferidas pelo reduzido número de seus ocupantes – assim como as propriedades secundárias associadas a uma forte seleção, tais como uma elevada origem social – ou seja, pelos limites impostos à concorrência e, por conseguinte, às transformações que, por seu intermédio, o cargo acabaria por sofrer.

Às fronteiras estatísticas, que circunscrevem os grupos ao terreno “bastardo” mencionado por Platão, a propósito da fronteira do ser e do não-ser, desafio lançado ao poder de discriminação dos sistemas sociais de classificação – Jovem ou velho? Cidadino ou camponês? Rico ou pobre? Burguês ou pequeno-burguês? etc. –, o *numerus clausus* na forma-limite que lhe é atribuída pelas medidas discriminatórias cede o lugar, de modo bastante aproximado, aos limites bem definidos; aos princípios de seleção, de inclusão e de exclusão, baseados em uma pluralidade de critérios mais ou menos estreitamente associados entre si e, quase sempre, implícitos, ele cede o lugar a uma operação institucionalizada, portanto, consciente e organizada, de segregação e de discriminação, baseada em um único critério – nenhuma mulher, nem judeu ou negro – que evita qualquer falha da classificação. De fato, os grupos mais seletivos preferem evitar a brutalidade das medidas discriminatórias e acumular os encantos da ausência aparente de critérios; deste modo, os membros do grupo alimentam a ilusão de uma escolha baseada na singularidade da pessoa, assim como as certezas da seleção que garante o máximo de *homogeneidade* ao grupo.

Para proteger sua *homogeneidade*, os clubes chiques submetem os pretendentes a procedimentos bastante estritos, tais como proposta de candidatura, recomendação e, às vezes, apresentação – no sentido próprio – por padrinhos já membros do clube há vários anos, escolha confiada à assembléia dos membros ou a um comitê de admissão, compra de cota cujo valor é, às vezes, extremamente elevado (5.000 F por pessoa, em 1973, no *Cercle du Bois de Bologne*; 9.500 F, no clube de golfe de Saint-Cloud, em 1975) a que vem juntar-se a soma das mensalidades (em Saint-Cloud, seu valor anual elevava-se a 2.050 F). De fato, seria inútil tentar determinar se as regras formais que servem, sobretudo, para proteger o grupo contra o que se encontra fora dele e não tanto contra as outras classes, excluídas de antemão, mas contra as outras frações de classe ou contra os novos-ricos da própria fração – aliás, na maior parte das vezes, elas não chegam a ser aplicadas – são feitas para dissimular a arbitrariedade da escolha ou se, ao contrário, a arbitrariedade exibida, ao confiar o cuidado em relação à escolha a um tato indefinível, é feita para dissimular as regras oficiais. “É conforme a cara do cliente”, diz um presidente de círculo, enquanto um outro afirma: “Existem clubes em que há necessidade de arranjar dois padrinhos e todo o mundo pode entrar; outros clubes exigem também dois padrinhos

e aceitam quase todo o mundo; e, ainda, outros clubes que, apesar da apresentação de dois padrinhos, criam entraves demais para uma nova admissão”. Além disso, tudo depende do peso dos padrinhos: “O tempo de espera é, em geral, de dois ou três anos; com bons padrinhos, a admissão é automática” (Diretor de empresa, membro do *Cercle du Bois de Bologne*). Do mesmo modo, apesar de não ser exigida oficialmente a hereditariedade para ter direito a filiar-se, pergunta-se a uma moça que deseje inscrever-se neste *Cercle* se o pai ou o primogênito já são membros do círculo. Tudo parece indicar que, embora um grande número desses clubes se organizem oficialmente em torno de uma atividade rara e seletiva – golfe, pólo, caça, cavalo, tiro aos pombos, vela – que não passa, freqüentemente, de um pretexto, os clubes chiques opõem-se aos clubes especializados, cujos membros definem-se pela posse de uma propriedade comum – por exemplo, um barco no caso do *Cercle de la voile* [Círculo da vela] de Paris – por meio da qual levam em consideração a totalidade da pessoa social, todo o capital social de que esta é portadora; eis um procedimento que é tanto mais importante quanto maior for o prestígio e maior for a preocupação dos membros em constituir uma comunidade total de interesses e valores (à semelhança do que se passa com o *Jockey Club*, o *Cercle du Bois de Boulogne* ou o *Nouveau Cercle*).

Pelo fato de que a verdade dos critérios de escolha só pode vir de fora, ou seja, de uma *objetivação* que, de antemão, é rejeitada como redutora e sumária, o grupo pode ficar convencido de que sua própria reunião tem como único princípio o sentido indefinível da conveniência proporcionada somente pela filiação. O milagre da escolha mútua atinge sua perfeição com os grupos de intelectuais que não têm a ingenuidade de conceder o mínimo de objetivação necessária para se constituírem em clube: pelo fato de confiarem no sentido quase místico da participação que define precisamente os participantes, eles condenam os excluídos – que não podem apresentar outra prova da existência do grupo exclusivo senão aquela que exibem, contra sua vontade, com sua própria denúncia – a lutar contra uma quimera ao pretenderem indicar os limites invisíveis que os separam dos escolhidos. Se os grupos intelectuais e, sobretudo, os mais prestigiosos, encontram-se tão formidavelmente protegidos contra a objetivação não é somente porque têm necessidade dessa proteção para controlar praticamente os mecanismos que definem a filiação e porque aqueles que estão protegidos não são evidentemente os mais propensos a objetivá-los, enquanto aqueles que não dispõem dessa proteção correm sempre o risco de ignorar o essencial e, de qualquer modo, são suspeitos de serem impelidos, em decorrência de sua expulsão, a uma visão de ressentimento, portanto, redutora; mas também porque só é possível objetivar o jogo intelectual com a condição de colocar em jogo sua própria participação no jogo, o que é um risco irrisório e, ao mesmo tempo, absoluto.

A dialética da desclassificação e da reclassificação – que se encontra na origem de toda a espécie de processos sociais – implica e impõe que todos os grupos envolvidos avancem no mesmo sentido, em direção aos mesmos objetivos, ou seja, as mesmas propriedades, aquelas que lhes são designadas pelo grupo que ocupa a primeira posição na corrida e que, por definição, são propriedades inacessíveis aos seguintes já que, sejam elas quais forem, em si mesmas e para elas próprias, são modificadas e

qualificadas por sua raridade distintiva; além disso, *elas deixarão de ser o que são* desde que, multiplicadas e divulgadas, vierem a se tornar acessíveis a grupos de condição inferior. Assim, por um paradoxo aparente, a manutenção da ordem – ou seja, do conjunto das *distâncias*, diferenças, posições, precedências, prioridades, exclusividades, distinções, *propriedades ordinais* e, por conseguinte, das *relações de ordem* que conferem a estrutura a determinada formação social – é garantida por uma mudança incessante das propriedades substanciais (ou seja, não relacionais). Daí, decorre que a ordem estabelecida em determinado momento é, inseparavelmente, uma ordem temporal, uma *ordem das sucessões*; neste caso, cada grupo tem como passado o grupo imediatamente inferior e, como futuro, o grupo superior – compreende-se a pregnância dos modelos evolucionistas. Os grupos em concorrência estão separados por diferenças que, no essencial, situam-se *na ordem do tempo*. Não é por acaso que este sistema reserva um espaço tão importante ao *crédito*: a imposição de legitimidade que se realiza através da luta de concorrência e reduplicada por todas as ações de proselitismo cultural, ou seja, violência branda exercida com a cumplicidade das vítimas e capaz de fornecer à imposição arbitrária das necessidades a aparência de uma missão libertadora, sugerida por aqueles que a suportam, tende a produzir a pretensão como necessidade que preexiste aos meios de se satisfazer adequadamente; e contra uma ordem social que reconhece, inclusive, aos mais desprovidos o direito a todas as satisfações, embora a prazo, a longo prazo, a pretensão só pode escolher o crédito que permite ter a fruição imediata dos bens prometidos, mas que contém a aceitação de um futuro que é apenas a continuação do presente, ou o *símile* – falsos carros de luxo e férias de falso luxo. No entanto, a dialética da desclassificação e da reclassificação está predisposta a funcionar, também, como um *mecanismo ideológico* – cujos efeitos são intensificados pelo discurso conservador – que, na própria impaciência que leva à fruição imediata pelo crédito, tende a impor aos dominados, sobretudo, quando eles comparam sua condição presente à condição passada, a ilusão de que lhes basta esperar para obter o que, de fato, só conseguirão por meio de suas lutas: ao situar a diferença entre as classes na ordem das sucessões, a luta da concorrência instaura uma diferença que, à maneira daquela que separa o *predecessor do sucessor* em uma ordem social regulamentada por leis sucessórias bem estabelecidas, é, ao mesmo tempo, a mais absoluta e a mais intransponível – já que só resta esperar, às vezes, uma vida inteira, à semelhança dos pequeno-burgueses que entram em casa no momento da aposentadoria; outras vezes, várias gerações, como todos aqueles que se esforçam por prolongar nos filhos sua própria trajetória truncada⁴² – e a mais irreal, a mais evanescente, já que a pessoa sabe que, de qualquer modo, conseguirá, se souber esperar, aquilo a que está destinada pelas leis inelutáveis da evolução. Em suma, em vez de condições diferentes, a luta de concorrência eterniza a *diferença das condições*.

Compreender esse mecanismo é, antes de mais nada, perceber a inutilidade dos debates que se engendram na alternativa escolar entre a permanência e a alteração, a estrutura e a história, a reprodução e a “produção da sociedade”, cujo princípio real é a dificuldade em admitir que nem todas as contradições e lutas sociais, e nem sempre, estão em contradição com a perpetuação da ordem estabelecida; é perceber que, para além das antíteses do “pensamento binário”, a permanência pode ser garantida pela

mudança e a estrutura perpetuada pelo movimento; é perceber que as “expectativas frustradas” engendradas, necessariamente, pela defasagem entre a imposição das necessidades legítimas – o que a linguagem mais *in* dos profissionais do marketing que as importam, adotam e impõem, designa por *must* – e o acesso aos meios de satisfazê-las, além de produzirem efeitos econômicos que permitam obter, direta ou indiretamente (por intermédio do crédito) um sobretrabalho, não ameaçam necessária e automaticamente a sobrevivência do sistema; é perceber que a diferença estrutural e as frustrações correlatas encontram-se na própria origem da reprodução por translação que garante a perpetuação da estrutura das posições através da transformação da “natureza” das condições. É, também, compreender o seguinte: aqueles que, apoiando-se em propriedades que podem ser chamadas *cardinais*, falam do “aburguesamento” da classe operária e aqueles que se empenham em refutá-los pela invocação das propriedades *ordinais* têm em comum, evidentemente, o fato de ignorarem que os aspectos contraditórios da realidade adotados por eles são, de fato, dimensões indissociáveis do mesmo processo. A reprodução da estrutura social pode realizar-se em e por uma luta de concorrência que conduz a uma simples translação da estrutura das distribuições enquanto, e somente enquanto, os membros das classes dominadas entrarem na luta *de forma desordenada*, ou seja, por meio de ações e reações que só se totalizam *do ponto de vista estatístico* pelos *efeitos externos* que as ações de uns exercem sobre as ações dos outros, fora de qualquer interação e transação, portanto, na objetividade, fora do controle coletivo ou individual e, quase sempre, contra os interesses individuais e coletivos dos agentes.⁴³ Essa forma particular de luta de classes, que é a luta da concorrência, é aquela que os membros das classes dominadas deixam-se impor quando aceitam os desafios que lhes são propostos pelos dominantes, luta *integradora* e, pelo fato da deficiência inicial, *reprodutora* já que aqueles que entram nessa espécie de corrida de perseguição – em que, desde a partida, estão necessariamente vencidos, como é testemunhado pela constância das distâncias – reconhecem implicitamente, pelo simples fato de concorrerem, a legitimidade dos objetivos perseguidos por aqueles que os perseguem.

Tendo estabelecido a lógica dos processos de concorrência – ou debandada – que condenam cada agente a reagir *isoladamente* ao efeito das numerosas reações dos outros agentes ou, mais exatamente, ao resultado da *agregação estatística* de suas ações isoladas, e que reduzem a classe ao estado de *massa* dominada por seu próprio número e sua própria massa, temos motivos suficientes para formular a questão, atualmente bastante debatida entre os historiadores,⁴⁴ relacionada com as condições – crise econômica, crise econômica ocorrida após um período de expansão, etc. – nas quais acaba por se interromper a dialética das oportunidades objetivas e das esperanças subjetivas, reproduzindo-se mutuamente: tudo leva a crer que um brusco desprendimento das oportunidades objetivas em relação às esperanças subjetivas sugeridas pelo estado anterior das oportunidades objetivas é de natureza a determinar uma ruptura da adesão que as classes dominadas – de repente, excluídas da corrida, objetiva e subjetivamente – atribuem aos objetivos dominantes, até então tacitamente aceitos e, por conseguinte, a tornar possível uma verdadeira reviravolta da tabela dos valores.

